

UM MODELO HISTORIOGRÁFICO PARA A IDADE DO FERRO DO SUL DE PORTUGAL E A SUA ARQUEOLOGIA

por

Virgílio Hipólito Correia

1. MODELOS NOVOS E MODELOS VELHOS

1.1. A questão

“Tem havido em anos recentes, entre arqueólogos que estudam o desenvolvimento da complexidade social, sinais de uma crescente insatisfação com as teorias evolucionistas da Nova-Arqueologia Anglo-Americana dos anos 60 e 70, enquanto explicações completas.” (Champion 1995, 1).

Esta frase parece não se aplicar a Portugal e particularmente aos que estudam a Idade do Ferro do Sul de Portugal. A situação é talvez produto de um muito lento evoluir do volume de dados ao dispor dos investigadores: limitados a poucas escavações, é timidamente que se avançam novas interpretações globais, que parecem despropositadas, mero “mastigar” de dados já conhecidos.

Não concordamos com este estado de coisas. A proposta de modelos de interpretação, de ferramentas conceptuais que nos permitam ter um mais pormenorizado conhecimento dos fenómenos arqueológicos que conhecemos mais ou menos imperfeitamente (ou que nos permitem iludirmo-nos a esse propósito), é parte fundamental do desenvolvimento e afinação dos instrumentos heurísticos que o arqueólogo (especialmente na investigação de campo) não pode dispensar.

Dissemos, noutra ocasião (Correia 1995b, 141) que “a substituição dos pressupostos historico-culturais pelos modelos tipológicos neo-evolucionistas, aplicados às sociedades da Idade do Ferro, [feita] não a partir de uma base arqueológica propriamente dita, mas sim a partir de uma leitura das fontes clássicas, veio impor à análise de toda a questão étnica uma rígida moldura historiográfica, dentro da qual a investigação tem sido feita no sentido de vir a identificar o, ou os, elementos do registo arqueológico que suportam as fontes

ou, em alternativa, a encontrar o processo narrativo pelo qual é possível explicar as discordâncias manifestas, sem que se tente reformular a questão de base, que diz respeito à existência de etnias e à sua natureza”.

Verifica-se na historiografia portuguesa sobre o período antigo, que alguns dados existem que são manejados sem serem verdadeiramente dissecados. Por exemplo:

- a organização das sociedades pré-romanas do Sul de Portugal corresponde a uma formação do tipo cidade-estado.
- a evolução socio-económica dessas cidades-estado corresponde a sub-tractos étnicos e linguísticos distintos.

Podemos perguntar-nos como seria possível que a interacção entre esses grupos se limitasse a actividades bélicas. Só assim se compreenderiam as mútuas exclusões geográficas das cidades-estado étnicas, não se desenvolvendo a interacção sob quaisquer outras formas para além do momento da “invasão” da nova etnia e da conflitualidade decorrente dessa invasão.

A este raciocínio, não expresso, mas que subjaz às posições historiográficas referidas, corresponde a opinião fundamental de que a relação entre os indivíduos ou grupos de indivíduos e as entidades étnicas é de natureza determinística e, na prática, invariável. Pressupõe-se que um qualquer vínculo de filiação se reproduz *ad infinitum* sob a forma de integração étnica, sendo mínima (ou inexistente) a capacidade de desvio (como, por exemplo, se poderia imaginar, caso se tentasse estimar o grau de miscigenação possível nestas sociedades).

Como base teórica de interpretação, decorre ainda que a movimentação de povos na proto-história se fazia em blocos demográficos cuja massa era suficiente para permitir a manutenção de um núcleo linguístico imutável, puro, frente a um conjunto autóctone de características indeterminadas. Ora este facto é indemonstrável e parece improvável.

É também indemonstrável que, quer entre invadidos quer entre invasores, existisse um grau de desenvolvimento dos mecanismos socio-políticos de controlo que:

- a) fosse capaz de manter a estanqueidade genética das unidades de povoamento, com a dimensão que se lhes atribui.
- b) fosse capaz de sustentar, *ad aeternum*, um clima de conflitualidade frente a unidades de povoamento colindantes.

Só a conjunção destes dois factos permitiria ter como sustentável a posição que defende que a etimologia de um topónimo proto-histórico é o testemunho da sua pertença étnica. A não existir estanqueidade genética, certamente que não existirá impermeabilidade linguística, e uma e outra só se podem ima-

ginar se toda a interacção for conflitual (e ainda assim ficariam por esclarecer alguns pontos importantes).

Recentemente o Prof. Jorge de Alarcão (1996a e b) alargou o horizonte dos seus interesses à Idade do Ferro, acompanhado pelos desenvolvimentos mais recentes das posições sobre os modelos histórico-arqueológicos, que Ana Arruda (1993, 1996, *id. et al.* 1995) vem sustentando. Estabelecem estes investigadores, desta forma, um “patamar” na investigação, que sucede e supera aquele em que usualmente se trabalhava: a divisão entre uma Iª e uma IIª Idades do Ferro, distintas por uma diferente composição étnica da população do Sul de Portugal.

A coincidência entre os resultados das análises conduzidas por um e outro autores é notável. Todavia, o tratamento dos dados de um e outro podem ser objecto de crítica, levantando a questão da solidez do “patamar”. As posições sustentadas baseiam-se em asserções não substanciadas, fruto de uma forma muito própria de posicionamento frente às “teorias evolucionistas” a que se referia T. Champion. É inevitável que a investigação se funde, a espaços, em asserções desse género, mas é sempre útil conceder-lhes um momento de reflexão crítica.

Em nossa opinião os fundamentos das análises referidas merecem crítica, especialmente numa questão: a análise étnica. Tal análise está fundada mais na vulgata schulteniana das fontes que numa análise ponderada dos textos. A. Schulten estabeleceu um precedente que, pouco a pouco, se vem revendo: a de uma homogeneidade essencial no valor informativo das fontes antigas. Esta posição peca por excessivo positivismo, e as análises baseadas neste pressuposto são conduzidas a um apriorismo na consideração das realidades socio-políticas do Sudoeste Peninsular.

Sustentávamos, na ocasião referida (Correia 1995b, 143) que “para a questão étnica, não é crucial a existência de cidades (classificação que certamente se poderá aplicar a alguns povoados da Idade do Ferro da zona), a sua organização estatal (para a qual, com efeito, nunca se apontaram evidências de uma burocracia organizada) ou a sua confederação em entidades maiores (sem que [a hipótese de existência de algo semelhante a uma anficionia tenha sido elaborada]). Mas, ainda que todas estas condições se verificassem, ficaria por explicar como estas realidades se associavam em estrita dependência de substractos étnico-linguísticos alógenos à Península, existentes para além de considerações geográficas ou cronológicas”.

Parece-nos em suma que, conduzida por uma perspectiva evolucionista determinística da organização comunitária e da complexidade social, a historiografia foi levada a dar crédito indiscriminado às afirmações das fontes clássicas (nem

sempre correctamente qualificadas) e a tomar por certa a existência, no Sul de Portugal, de formas evoluídas (“as mais evoluídas”) desses mecanismos. Nesse ponto os contributos recentes não se distinguem essencialmente dos anteriores.

Interessados em que os “patamares”, que a afinação dos instrumentos heurísticos que necessitamos de manejar vai atingindo, sejam quanto possível adequados a uma abordagem holística da realidade proto-histórica, parece-nos importante questionar se a conjugação de uma excessiva dependência das fontes antigas, com a sua ênfase na questão étnica (tão “infectada” por contribuições estranhas e danosas), compaginada com uma perspectiva evolucionista demasiado estrita, nos colocou numa perspectiva insuficiente para continuar a perseguir essa “visão”.

1.1.1. Um problema de teoria

J. Alarcão não problematiza neste sentido, o seu entender da Arqueologia é outro, em que se suporta uma concepção classificatória e nomotética da análise das sociedades antigas.

A epistemologia da arqueologia que suporta essa visão (Alarcão 1995), no entanto, levanta-nos uma dúvida essencial: a da existência de uma percepção imediata, espontânea, “não metódica” (Ricouer 1986, *apud* Alarcão *loc. cit.*, 8). Esta percepção, que se poderia tomar por “pura”, e de que, muito justamente J. Alarcão (*loc. cit.*, 12) compreende e denuncia a falácia, não encontra suporte, nem neuro-fisiologicamente (Damásio 1995, 114-119).

Apesar da contradição, J. Alarcão funda sobre esta percepção uma estrutura epistemológica que deixa de lado um elemento essencial: o registo arqueológico e o processo da sua formação (*loc. cit.*, 18, *v.g.*). Ora, é neste elemento que alguns relativistas puseram a sua tónica. É também precisamente neste ponto que a questão teórica é mais importante para quem trabalha a Proto-história do Sul de Portugal: o registo arqueológico com que trabalhamos, fruto de um processo de formação peculiar (como todos) tem, entre outros, o problema da escassez absoluta de dados e do seu carácter sincopado.

Mesmo que os “dados”, essas entidades míticas, não sejam “carregados de teoria”, a selecção do conjunto de dados com que trabalhamos é.

Não há, portanto, multiplicação de perspectivas (Alarcão 1996c) que permita resolver essa insuficiência (que é específica deste problema que tratamos e não essencial à Arqueologia). Neste problema não nos salva adoptar sequencialmente vários modelos teóricos, aliás contraditórios insanavelmente ou, pelo menos, será necessário introduzir um juízo de aproximação ou verosimilhança entre interpretações (Hodder 1988, 201); caso contrário, cair-se-á num relativismo

extremo e incomportável (Trigger 1992, 322). Aqui se traça uma clivagem determinante entre a posição de J. Alarcão e aquela que julgamos mais profícua ao futuro da investigação (Cf. Sherratt 1995).

1.2. O problema histórico

Para além das divergências teóricas existem também divergências quanto ao tratamento dos dados de campo, que J. Alarcão leva a cabo. A estimativa da população de zonas como o Baixo-Alentejo é exagerada, quer por se estimar em demasia a capacidade demográfica de povoados (como no caso de Fernão Vaz, que é um único edifício e que é improvável que alguma vez tenha sido habitação de cinquenta pessoas. Beirão 1972, 1986; Beirão *et al.* 1991, 1992; Correia 1995a; Correia n.p.b), quer por uma manipulação injustificada dos dados de prospecção.

Usando dados que publiquei há poucos anos, J. Alarcão (1996a, 33) conclui que, no que crê ser o território dos *Konnioi*, a população atingiria os 7700 habitantes (não se contabilizam os eventuais habitantes de um povoado/lugar central, que não foi identificado com segurança nem estimada a sua superfície). Escolher uma micro-zona onde a densidade de sítios é maior, como faz J. Alarcão, e estender essa sobre-densidade ao resto, parece efectivamente melhor, mas ignora a peculiar geomorfologia da área que provavelmente sempre obrigou a um povoamento disperso e irregular (Feio 1951, *id.* 1983). É, em todo o caso, abusivo.

No que diz respeito ao estatuto social dos povoadores de pequenos núcleos rurais, há neste ponto um dado de grande importância: a longa tradição da arquitectura funerária, que remonta ao Bronze II do SO. O princípio tipológico de um chefado corresponder a características pré-determinadas (no que diz respeito à consideração numérica dos “chefes”), aplicado *a priori* à sociedade sidérica do Sul levanta contradições onde elas não existem. Se se considerar que cada necrópole corresponde a um núcleo de povoamento, em si complexo e multifacetado, cuja estrutura aglutinante, do ponto de vista social, é a linhagem, ganham significado a variabilidade presente no registo arqueológico e o resultado não-nomotético que uma análise cuidada necessariamente reveste. A integração global destes núcleos de povoamento era feita, certamente, por núcleos populacionais maiores, localizados provavelmente em povoados fortificados. É inseguro, no entanto, o seu carácter urbano (Correia 1995 a).

A organização estatal provavelmente não existiu no Sudoeste Peninsular durante a Idade do Ferro: não foi assim em Tartessos (Wagner 1990, *id.* 1992), certamente que não nesta área periférica (Correia 1995 b). A zona propriamente

tartéssica desempenhou, comprovadamente, um papel nuclear no processo de evolução cultural de todo o Sudoeste e, no domínio económico, a sua estatura e a sua complexidade era também superior. Parece improvável, nestas condições, que não podendo o “reino de Tartessos” (aliás inexistente), ser tomado como um estado, *tout court*, existisse numa zona “periférica” a esse “centro” e em condições comprovadamente de alguma dependência, de mecanismos mais desenvolvidos de controle e regulação de realidades económicas e sociais, que estamos autorizados a supôr que eram mais simples.

1.2.1. A escala de análise

Existe neste ponto uma divergência de perspectivas e caminhos de investigação, que tem a ver com o conceito geral da proto-história do Sudoeste Peninsular e com o papel específico que Tartessos desempenha nessa proto-história.

Para T. Gamito (1988), Tartessos é uma formação estatal que se equivale a toda a proto-história do Sudoeste. Esta visão já foi criticada (Wagner 1990) e o seu desajuste relativamente ao Sul de Portugal é manifesto, dispensando mais realce.

Para C. Beirão (1986) Tartessos e as áreas peri-tartéssicas eram unidades que se equivaliam. Daí classificar-se a área peri-tartéssica correspondente ao Sul de Portugal como uma “civilização” distinta, muito no sentido em que C. Renfrew (1988) usa o mesmo termo.

J. Alarcão (1996 a) procede, sobre a base definida por C. Beirão, a isolar os elementos constituintes dessa “civilização”. Não concordamos com as suas conclusões: o desenvolvimento político e organizacional parece-nos “inflacionado” (simetricamente ao volume populacional); por isso mesmo o funcionamento socio-político parece-nos inadequadamente descrito.

Para delimitar e caracterizar convenientemente estes “círculos culturais” temos de os entender como entidades orgânicas, necessariamente políticas, em interacção.

A interacção entre entidades políticas só pode ser abordada no quadro do desenvolvimento das estruturas das sociedades — instituições políticas mas também manifestações rituais das fórmulas de afirmação e comunicação — e menos no quadro das relações de domínio e subordinação entre sociedades (Renfrew 1988, 1).

A base dessa interacção é territorial, porque quase todas as entidades políticas (tal como todos os grupos humanos) adoptam comportamentos territoriais, mesmo quando a sua definição não é essencialmente territorial ou quando não

demonstram um sistema político-administrativo desenvolvido ou complexo. Basta a existência de processos recorrentes e efectivos de tomada de decisões e o comportamento territorial surgirá (*id.*, 4).

Dáí decorre que se verifica a existência, dentro de áreas dotadas de alguma homogeneidade a nível cultural (como a “civilização” de C. Beirão) de módulos de comportamento territorial de entidades políticas autónomas, a que C. Renfrew (*loc. cit.*) chama *Early State Modules*.

É certo que esses módulos se detectam em estados, mas não é de toda verdade que a existência do módulo só aconteça em função da existência deles (*id.*, 2). Por isso, não deve ser pela verificação da materialização territorial das esferas de influência dos povoados ou agrupamentos de povoados (Cf. Berrocal 1986) em escala idêntica à do “módulo do estado arcaico” (Cf. Correia 1990, 184-5) que devemos concluir da existência desse estado.

Sem embargo, e sem dissertar demasiado a nível teórico, aceitando os pressupostos neo-evolucionistas, que desempenham a sua função insubstituível na explicação das formações sociais, é possível chegar mais longe do que à mera escolha entre chefados e estado.

C. Redman (1978, 201-13), por exemplo, propôs um esquema muito elaborado de evolução de sociedades em processo de urbanização, que por partir de um entendimento mais orgânico do registo arqueológico se adapta melhor a explicações preocupadas com a dimensão temporal dos fenómenos.

Um esquema classificatório é inevitavelmente um esquema evolutivo. A nossa opinião, sem embargo, é que a evolução existe, mas não é sempre no sentido de uma maior complexidade social, de uma mais intrincada organização comunitária ou de um maior controle do território e dos seus habitantes. Sociedades há que assistem a uma degradação dos seus mecanismos de controle, que perdem, ao longo dos tempos, alguns mecanismos organizatórios e nas quais se dá uma desagregação das estruturas sociais; é também variada a rapidez com que a evolução se dá em distintas sociedades, algumas havendo onde essa evolução, de tão lenta, é imperceptível ou realmente inexistente.

A evolução social, portanto, deve ser entendida como um reticulado de caminhos possíveis, que cada sociedade atravessa de acordo com as condicionantes históricas, sempre complexas, que a rodeam, segundo percursos correspondentes a vários modos de organização, estando dispostos a aceitar que eles possam ser divididos em bandos, tribos, chefados e estados, mas só convencionalmente (Yoffee 1993).

Só assim, parece-nos, se podem evitar contradições como sustentar a existência de um “estado” e encontrar indícios de uma sociedade “isonómica” (Alarcão 1996 a, 32), quando toda a interpretação arqueológica e antropológica das sociedades complexas demonstra que elas se caracterizam, para usar a expressão

de E. Service (1971, 145) pela "generalizada desigualdade de pessoas e grupos na sociedade" (Peebles *et al.* 1977).

Já tentámos também ressaltar a elevada probabilidade de as estruturas centralizantes nestes povoados serem sacerdotais (Correia n.p. a) — residindo aí a importância do achado de Capote, que demonstra a conjugação de autoridade social e política e ritual religioso (Berrocal, *com. pes.* e 1994, 275 e 1992, 284) — e não meramente aristocráticas como refere J. Alarcão.

Os "círculos culturais" que o autor apresenta são, todavia, uma realidade (tanto quanto uma interpretação é uma realidade) que interessa clarificar, verificando se a demarcação de órbitas distintas com mecanismos de funcionamento próprios (inclusive com algumas distinções marcadas no que diz respeito ao registo arqueológico respectivo) é um instrumento heurístico válido. Cremos que sim, mesmo se divergimos na qualificação informativa que concedemos a esse instrumento.

Segundo a teoria expandida por J. Alarcão cada círculo cultural é na realidade um círculo étnico.

Cada etnia ocupa uma área de 4000 km², centralizada por um povoado proto-urbanizado. No entanto o etnónimo não tem qualquer influência sobre o topónimo desse lugar central, nem vice-versa. A única relação possível, *Conistorgis/Konnioi*, não existe: Estrabão (*Geog.* 3.2.2) coloca a cidade em território dos *Keltikoi*.

A situação é estranha, parece-nos até inverosímil, se comparada com a restante Península Ibérica, onde a designação das comunidades pelo seu *ubi* é comum, existindo também casos de identificação das cidades pelo etnónimo dos seus habitantes.

Esta contradição constitui um dos óbices à restituição que J. Alarcão faz da situação organizacional da Idade do Ferro do Sul, fazendo coincidir as esferas socio-económicas de influência dos povoados e as áreas das várias etnias. Quanto a nós tal coincidência não existe.

A existência de uma multiplicidade de etnias — que como vamos tentar demonstrar não parece historiograficamente sustentável — e o desfazamento da escala de análise do problema organizacional suportam-se mutuamente, num raciocínio que se nos afigura circular, e que não nos sentimos capazes de seguir.

Sustentáramos, pelo contrário, que os vários povoados, estruturas orgânicas de povoamento — com um comportamento territorial — correspondem à esfera efectiva de organização socio-económica e de dispersão geográfica, sobre a qual, mas num outro nível superestrutural, se organizam realidades demográficas e políticas interpretadas em termos étnicos no legado literário, histórico e geográfico, clássico.

1.3. O problema arqueográfico

Na aparente independência das fontes, a formulação dos problema e decorrente análise que A. Arruda leva a cabo (1996a e b) é também positivista, particularmente na hora de equacionar as filiações culturais de alguns materiais presentes no registo arqueológico com os processos da sua introdução no Sul de Portugal.

É patente a intenção crítica de A. Arruda relativamente ao modelo historiográfico com que usualmente se tem trabalhado no Sul de Portugal (Beirão e Gomes 1980, 1-5).

Este modelo põe uma grande ênfase na delimitação de dois momentos fundamentais na evolução das sociedades ao longo do 1º Mil. AC: uma primeira Idade do Ferro de características orientalizantes, devidas a um intenso fenómeno de interacção cultural inerente à periferia de Tartessos; uma segunda Idade do Ferro de características continentais, devido ao crescimento dos contactos com os povos da Meseta.

A. Arruda prefere um modelo com mais ênfase na evolução diferencial de uma pluralidade de micro-regiões, que considera dentro do espaço mais vasto do Sul de Portugal. Assim colocada estamos sem dúvida perante uma proposta de reformulação da questão digna de aplauso mas, na prática, é-se levado a não olvidar um largo conjunto de dúvidas que a substituição de um modelo por outro levanta, ainda que seja por um primário conservadorismo, crítica que aceitamos.

As dúvidas levantam-se em quatro pontos distintos:

- a natureza dos dados novos trazido à discussão;
- a coerência interna do modelo;
- os pressupostos teóricos em que o modelo assenta;
- e, conseqüentemente, a pertinência da reformulação do modelo operativo.

Os dados novos são especialmente numerosos na costa e nos estuários dos rios (Tavares 1993). Concorrem na delimitação de uma esfera costeira de contacto com Gadir, em que a uma certa homogeneidade da cultura material (talvez menos profunda do que parece, mas esse ponto não é particularmente importante) talvez corresponda uma estrutura política diferenciada. A. Arruda não aduz, no entanto, dois dados: que existem seguros testemunhos de comércio nesta esfera, os da cerâmica cinzenta, num material de produção local, que teve lugar em vários pontos fora do Golfo de Cádiz (Alarcão *et al.* 1995, com bibliografia anterior); que é insegura a integração dos sítios orientalizantes, dentro de cada estuário, numa única estrutura de povoamento, existindo provavelmente uma teia complexa, dentro de cada região estuarina, de sítios de origem indígena e

de fundação exógena *ex-nihilo* (Correia 1993a, 280-1).

O carácter halstático de espólios arqueológicos no Sul de Portugal, é uma outra questão. Reduzem-se, normalmente, à cerâmica estampilhada, que melhor será passar a considerar mais tardia, normalmente posterior ao séc. V (Correia 1995b, 135; Berrocal 1994, 106-18). Não nos parece que as fíbulas conhecidas aduzam argumentos diversos (Ponte 1979, 1983, 1985a e b, 1986; Ruiz 1989).

Resta o colar (especificamente, um dos colares) do Tesouro de Moura, de inspiração talvez halstática (Armbruster *et al.* 1993). A característica mais marcante do Tesouro de Moura é, todavia, o profundo tradicionalismo das concepções artísticas que se escondem por trás das inovações técnicas — copia-se, por exemplo, um torques maciço típico de dois ou três séculos antes (mas fabrica-se “em ôco”). Analisado ponto a ponto resta como inovação técnica de inspiração europeia-continental as estampilhas circulares do colar laminar (Correia 1993c). É pouco para se elaborar, especialmente se se confrontar esse dado com as inegáveis influências orientalizantes em Azougada, muito próximo de Sobral da Adiça, onde se encontrou o tesouro.

Mais pertinentes seriam os arreios de cavalo da mesma Azougada. Para eles W. Schule (1969, vol. I, 194 e 199; vol. II, 11, nº 6, 7 e 8) encontrou paralelos halstáticos e asiáticos. Mas, precisamente por se tratar de uma classe de material intrinsecamente ligada ao movimento, por um lado, e um material de prestígio, por outro, a sua equação é complexa, e A. Arruda não os refere.

Também no que respeita à evolução cultural diferencial que A. Arruda verifica em alguns locais do Sul de Portugal, nos vimos forçados a divergir. Por mais interessantes que os dados pareçam, o “conservadorismo orientalizante” dos sítios costeiros está por verificar, em especial dada a pequena dimensão das sondagens e a pouca fiabilidade estatística de dados vindos destes “poços”. Em Alcácer do Sal são menos de 10 m², além do que a cronologia proposta pelos escavadores pode e deve ser corrigida, sendo provável um *hiatus* na sequência, correspondendo precisamente aos séc.s IV-III AC (Correia 1993a, 250-1). Seria preciso um maior volume de dados para assegurar que uma estimativa do volume comercial presente nestes sítios testemunha uma situação absolutamente distinta de Santa Olaia e Conimbriga (Correia 1993a) onde a partir de 500/450 parece decair toda a actividade comercial (Santa Olaia não ultrapassará o séc. IV).

Comprovadamente, a situação não é simples como A. Arruda bem demonstra no que diz respeito a Chibanes e à Lapa do Fumo (a que se somaria o Pedrão), por um lado, e aos sítios algarvios (Cerro da Rocha Branca e Castro Marim), pois tratam-se de sítios de naturezas diversas, e de alguns deles pouco ou nada se conhece contextualizado.

No interior, Fernão Vaz poderia até não ter um único fragmento de cerâmica de tipo oriental (são poucos, é verdade) que a sua planta continuaria a

servir como demonstração cabal de que o local conheceu, em algum dado momento anterior ao segundo quartel do séc. VII, influências orientais, propriamente púnicas (Correia 1995a; *id.* n.p. b).

A. Arruda não maneja (o que é inaceitável) o único dado que é cabal na demonstração de uma influência oriental: a escrita (Beirão 1986, Correia 1996a). A escrita é o elemento definidor da Iª Idade do Ferro: existe uma segunda porque existe um período posterior ágrafo; a “influência continental”, que melhor se avaliaria cepticamente, é um fenómeno percebido como contemporâneo, mas não se verifica que se tenha proposto uma relação de causa-e-efeito (Beirão et. al. 1980).

No que diz respeito à coerência interna do modelo que A. Arruda propõe, a nossa posição é, como decorre das críticas que fazemos, negativa. Não encontramos coerência neste modelo, nem nos parece, como expusémos antes, que sustentar que a existência de distintos padrões de povoamento correspondem a distintas áreas étnicas seja posição teoricamente fundada.

Foi já demonstrado, para o período e área em questão, como uma mesma entidade cultural se adapta a distintas áreas geográficas fazendo recurso a distintos padrões de povoamento (Berrocal 1995a, 186-91). Será inevitável que esta adaptação tenha consequências na evolução posterior dos vários grupos sociais diferentemente afectados pelos mesmos ritmos históricos de longa duração, mas imaginar que essa evolução é, *ab origine*, mais individual e distinta que a força das tendências seculares que afectam toda a zona, é afirmação que ultrapassa as normas do raciocínio científico.

Estas sociedades inserem-se, desde o Bronze Final, numa esfera de contactos muito vasta (Burgess 1991). Desde os alvares da Idade do Ferro assistem a um processo de complexificação económica e social, no qual desempenha um papel de relevo uma economia de bens de prestígio com foco nas colónias fenícias (Frankenstein 1994). O seu padrão de povoamento organiza-se frequentemente mais em função do controle de vias de acesso do que da exploração directa dos recursos (Berrocal 1992, 254-9). Nestas condições não é plausível que estas sociedades sejam sociedades fechadas, onde as eventualidades do seu percurso histórico individual se sobreponham às relações que mantêm com as suas vizinhas.

Ora a rede de relações que se desenvolveu no Sudoeste passou, ao longo do 1º Milénio por uma fase atlântica, uma fase orientalizante e uma última, em que o decair das redes de contacto com o exterior valorizou os contactos com o interior, que estiveram sempre presentes. Dentro desta rede de contactos e desta evolução de *longue durée* povoados e conjuntos de povoados inseriram-se com a sua personalidade própria e cumpriram o seu dever.

O que é talvez sustentável é que, como L. Berrocal vem defendendo, a afirmação étnica corresponda a uma afirmação consciente de identidade,

que talvez seja tornada necessária, em termos de coesão social, pelo facto de estas sociedades serem tão abertas a contactos com o exterior. Não equivale isto a dizer, no entanto, que desde a origem essa afirmação étnica consciente esteja presente e condicione a evolução histórica dessas unidades sociais e demográficas.

No que diz respeito às estações costeiras, toma-se por “orientalismo” o que na realidade, ou no registo arqueológico pelo menos, é vestígio do comércio mediato com o Oriente, quando não é certo que entre esse comércio e a “enculturação orientalizante” das sociedades haja uma relação de função directa e proporcional. Para além disso, o carácter mediato do comércio introduz importantes distorções nos nossos mapas de distribuição que, por compreendermos mal as realidades socio-políticas que lhes subjazem, não estamos em condições de explicar.

A la limite, seguindo o raciocínio de A. Arruda, diríamos que a situação de intensos contactos orientalizantes que J. L. Cardoso (1995) tão bem descreve no seu trabalho de síntese sobre o estuário do Tejo, corresponderia ao facto de serem propriamente fenício-púnicos 100% dos habitantes. Convimos os três em que não é esse o caso. Mas esta caricatura não desmente que a evolução dos povoados do estuário do Tejo se desenrole de forma distinta da dos do Baixo-Alentejo.

O modelo historiográfico que Caetano Beirão e Mário Varela Gomes propuseram em 1980 parece-nos, portanto, continuar válido como estrutura e base de trabalho, mesmo se alguns elementos desse modelo são de descartar (como a dicotomia *brilhante/decadente* relativa às Iª e IIª Idades do Ferro. Fabião, com. pes.). Sobre esse modelo, espera-se que a melhor investigação nacional, entre a qual A. Arruda ocupa uma posição destacada, venha a traçar o quadro, actualmente tão incompleto, da organização socio-económica dos vários grupos demográficos. Para isso estamos verdadeiramente necessitados de ferramentas conceptuais que podem ser afinadas com o desenrolar do surto historiográfico que vai dando mostras de existir.

Em suma, numa escala historiográfica (peninsular), existirá uma evolução de uma Iª para uma IIª Idade do Ferro, de que a primeira é orientalizante e a segunda não, sendo essa evolução feita, provavelmente, através de formações não estatais. Numa escala arqueológica concreta (a do Sudoeste peri-tartéssico), há dados que não condizem com uma solução de continuidade, brusca, entre um e outro período (nesse sentido, cf. Beirão e Correia n. p.) e, a essa escala, cada povoado diverge do seu vizinho, cada área contrasta com a sua limítrofe, na maneira de interagir com o processo histórico que o envolve, tal como A. Arruda e outros autores sustentam.

1.4. O problema étnico

O modelo arqueológico de A. Arruda compagina-se muito bem com o modelo historiográfico que J. Alarcão propõe, no sentido em que o reforço da identidade dos núcleos de povoamento, suporta a “inflação” do seu estatuto político, organizacional e étnico, e vice-versa.

Este modelo historiográfico levanta um problema, grave, cuja resolução está longe de ser pacífica. J. Alarcão propõe entender os vários etnónimos localizáveis no Sul de Portugal como significantes de entidades coetâneas e autónomas, divergindo apenas nas eventualidades através das quais o etnónimo se tornou conhecido de uma determinada *auctoritas*, assim sendo transmitido até nós; levanta, de passagem a hipótese de para alguns etnónimos tal transmissão não ter tido lugar.

Esta posição é inédita na historiografia peninsular, consistindo na adopção de uma, entre várias, teorias possíveis, decididamente problemáticas (Alarcão 1992).

As fontes antigas significativas sobre o Sudoeste Peninsular são, por ordem cronológica (Berrocal 1992, 30-51 e 70-1):

- o putativo périplo que Avieno tomou como base (Berthelot 1934, Schulten 1955, Murphy 1977, Ferreira 1985, Hoz 1989 a, Villalba 1986, Mangas *et al.* 1994).
- os geógrafos que utilizaram o material polibiano, especialmente Estrabão (Schulten 1955, Lasserre 1966, Bellido 1968).
- por último, Plínio traduz a sua experiência pessoal na Hispânia e também talvez a de Agrippa (veja-se recentemente Guerra 1995. Cf. Berrocal n.p.)

Entre Avieno e Estrabão fica uma citação de Heródoto — que, em contexto, não é segura que se refira aos *Keltoi* como uma etnia peninsular, senão como uma referência a um tipo de sociedade vagamente situada em termos geográficos, como as outras referências episódicas do autor à Península (Hoz 1989 a) — e Ptolomeu, que nem por ter sido tão importante para a Geografia enquanto ciência pode ser facilmente utilizado pelo arqueólogo.

Acerca das etnias do Sul de Portugal, J. Alarcão rejeita, nesta conjuntura, duas teorias alternativas à sua, sem que seja fácil decidir qual das três é a mais justa. A primeira é a da substituição das etnias, entre a data do périplo e a do material polibiano (o que traria essa substituição, *grosso modo*, para datas próximas daquelas em que classicamente se situa a viragem entre a I^a e a II^a Idades do Ferro). A outra é a da substituição dos etnónimos entre uma e outra data. Esta segunda teoria foi a adoptada por A. Coelho Ferreira da Silva (1990, 263-

-6) no que diz respeito a uma indo-europeianidade dos *Cemps*i e dos *Saefes* (logo chamados *Keltikoi*). No que diz respeito aos *Konnioi*, L. Coelho (1971, 171-2) aduziu argumentos que, com mais ou menos dificuldade, continuam a resistir aos avanços do deciframento da escrita do SO (sem que, como afirma J. Alarcão — 1996a, 22 —, se “leia” o etnónimo nas lápides).

Nas lápides lê-se, no actual estado do deciframento, *K(e).e.n.n.i.i*, mas também *K(e).e.n.t.i* e *K(e).e.n.p(i).i*, entre outras variantes (Correia 1996a, 158-9). Trata-se de um elemento da fórmula ritual final, que pode ser um honorífico (mas pode também não ser). Caso afirmativo, esse honorífico pode ter passado a designar, na sua variante mais comum, os povos que habitavam a zona geográfica onde essa titulação era utilizada — no entender dos geógrafos, uma etnia distinta — por extensão do título dado aos indivíduos proeminentes dentro dela. Por mais plausível que seja, é um raciocínio recheado de imponderáveis.

1.4.1. A *Ora Marítima* e o Sul de Portugal

Não participamos do hiper-criticismo sobre a *Ora Marítima* de, por exemplo, J. de Hoz (1989a). Parece-nos que Avieno, no séc. IV DC embora, não inventaria etnónimos como quem faz batota ao *scrabble*. *Cymnetes*, *Cemps*i e *Saefes* devem portanto ser etnónimos veiculados numa fonte antiga que Avieno utilizou. Neste sentido preferiríamos rejeitar todas as correcções que incidem sobre o (mau) original disponível. É o caso de *Lygus*, sempre corrigido em favor de *lycis*, *lysis* ou *luisis*, para o aproximar dos Lusitanos, ignorando que, por outras fontes, se atesta o *lacus ligustinus*.

Entre os muitos problemas que envolvem o estudo do período não será despropositado fazer ressaltar um muito grave e aquele onde porventura o positivismo de A. Schulten mais insegurança trouxe ao desenvolvimento da investigação historiográfica: é impossível proceder a uma normal crítica filológica e paleográfica da *Ora Marítima* porque não existem manuscritos fidedignos. A *editio princeps* de Victor Pisanus (Veneza, 1488) é tudo o que de mais próximo do original nos resta. As correcções feitas sobre o texto extante são por isso sempre feridas de ilegitimidade, mesmo se algumas parecem perfeitamente aceitáveis.

Neste ponto a contribuição de J. Cardim Ribeiro (1996) é muito importante, porque resolve da melhor maneira um problema do mesmo género: elimina a correcção filológica voltando ao texto da fonte, e dá-lhe sentido. Infelizmente não conclui, parece-nos, da forma adequada.

Façamos o excuro pelo passo do poema que diz respeito ao Sul de Portugal:

A descrição do litoral a sul do estuário do Sado inicia-se no verso 184, com o cabo Espichel e uma ilha próxima, certamente Tróia de Setúbal, só tardiamente unida à margem sul do Sado, formando a actual península.

O Cabo Espichel é chamado *Cepresicum* (corrigido em *Cempsicum*) *iugum*. v. 184.

Os *Ligi* e os *Dragani*: *pernix Ligus Draganunque proles*; são colocados a norte do *Ophiussae agro* cuja identificação é imprecisa na extensão que abrange, ainda que a identificação do promontório epónimo com o Cabo da Roca nos dê um ponto seguro.

A estrita vizinhança de *Saefes* e *Cempsi* é claramente enunciada no poema: *Cempsi atque Saefes arduos collis habent Ophiuss(a)e in agro*, vv. 195-6.

A seguinte indicação geográfica precisa encontra-se a versos 205-6, e localiza os *Cynetes* no vale do Guadiana: *Ana animis (amnio) illie per Cynetes effluit sulcatque glaebam*.

Segundo a nossa leitura, de versos 209 a 215 descreve-se o estuário do Guadiana, hoje transformado no sapal de Castro Marim, não constituindo um passo atrás na descrição do litoral, como sustentava Schulten, o que não seria explicável pela estrutura descritiva sequencial do poema, correspondente provavelmente à estrutura do périplo (necessariamente sequencial).

O limite dos *Cynetes* do verso 223: *genti et Cynetum hic terminus*; refere-se a um promontório rochoso consagrado a Saturno: *rupibus cautes sacra Saturnum*; que é necessário colocar na costa que se estende entre o Guadiana e o estuário dos rios Tinto e Odiel, a um dia de viagem da foz daquele: *hinc dictum ad amnem solis unius via est*.

Zephris a cidadela referida no verso 227, não estaria longe desta zona. Ao referido estuário do Tinto e Odiel se referiria o *sinus calacticus*, limite dos tartéssios, onde, segundo Hecateo transmitido por Estevão de Bizâncio, se encontrava *Calate* (Schulten 1955, 186).

O litoral dos *Saefes* é problemático: *Poetanion autem est insula ad Sefumum latet patulusque portus*, vv. 199-200. Corrigia-se normalmente *latet* em *latus*, e tomava-se a Ilha do Pessegueiro por *Poetanion* e a foz do Mira pelo porto, ou nos mesmos papéis o ilhéu da Perceveira e a baía de Sines. Segundo J. Cardim Ribeiro (1996), que se faz eco de posições de recentes editores, é necessário tomar *Sefumum* por uma referência a um cabo, não como uma indicação de litoral. No entanto, J. C. Ribeiro não conclui da melhor forma.

Acreditando sempre que, seguindo a estrutura de um antigo périplo, a descrição da costa corre sequencialmente, sem referências a pontos já anteriormente descritos, a única conclusão lógica, vista a geografia da área, é que *Sefumum* é o Cabo de Sines, e que o seu etno-topónimo dá a indicação da localização geográfica da etnia, tal como o *Cempsicum iugum* dá dos *Cempsi* e

o *Cyneticum iugum* (Cabo de S. Vicente) dá dos *Cynetes*. Não se acreditando na premissa, supondo que Avieno tomou liberdades poéticas dentro dos blocos coerentes descritivos que “herdou” das fontes antigas (o espaço que vai dos versos 184 a 227 parece ser um deles), teremos que rejeitar *in limine* a possibilidade de utilizar a *Ora*, como faz J. de Hoz.

Teremos assim os *Cempsi* no estuário do Sado, os *Saefes* na costa alentejana e os *Cynetes* no Algarve e na bacia do Guadiana. No entanto *Cempsi* e *Cynetes* são vizinhos — *inde Cempsis adiacent populi Cynetum*, vv. 201-2 — estendendo-se, pelo menos os *Cempsi*, muito pelo interior (v. 301: *usque Cempsorum sata Ileates agro se feraci*).

Esta hipótese (que nos parece sustentável até produção de melhores argumentos ou leituras), invalida, do estrito ponto de vista da *Ora Maritima*, a perspectiva avançada por J. Alarcão.

O périplo revela algum conhecimento da realidade do interior, como se espera sabendo que existiam e deviam ser regularmente utilizados caminhos terrestres em substituição da navegação de cabotagem. Este conhecimento não deixa espaço, para os *Konnioi*, para os *Keltikoi* ou para os anónimos mirtilenses.

Parece, para além disso, que se lida aqui com entidades de dimensão muito variada: os *Saefes* teriam uma área geográfica muito menor que os *Cempsi*; estes viveriam numa região de características radicalmente diferentes dos *Cynetes*.

Diferente área territorial, muito provavelmente distinto volume demográfico e padrão de ocupação do espaço, quase certamente formas de organização social algo diversas: tudo concorre, em nossa opinião, para que um etnónimo se refira, ou se possa referir, a realidades démicas distintas na essência, não sendo necessário que, numa zona geográfica como o Sul de Portugal, todos os grupos humanos e núcleos de povoamento respectivo, tenham atingido, simultaneamente, um mesmo “estádio” de arranjo dos seus mecanismos de controle e reprodução social.

Demonstra-se, aliás, que zonas geográficas “atribuídas” a etnias diferentes, partilham de alguns traços culturais tal como são visíveis no registo arqueológico (a escrita) e distinguem-se por outros (o ritual funerário), enquanto existem fenómenos comuns a todas (a fortificação dos povoados).

No entanto, não existem dados que aconselhem a considerar contemporâneas etnias referidas na *Ora Maritima* e outras referidas em fontes de data posterior.

Dissemos antes que os círculos culturais que J. Alarcão defende constituem entidades políticas, e concluímos agora que essas entidades políticas não coincidem com as entidades étnicas referidas pela *Ora Maritima*. Começa a ser possível traçar, parece-nos, um quadro de distintas escalas de análise: (i) o padrão de povoamento, de que estamos radicalmente desprovidos de dados para

o abordar na maioria das áreas do Sul de Portugal, (ii) a rede de lugares centrais, em povoados fortificados, com as suas respectivas esferas de comportamento territorial, (iii) as entidades políticas que eles compõem e finalmente, (iv) as entidades étnicas mencionadas nas fontes clássicas, correspondentes provavelmente a conceitos exógenos, mais que a fórmulas de identificação próprias das sociedades a que esses etnónimos se aplicam. Talvez por isso sejam as descrições dotadas de tanta coerência interna (os modernos etnógrafos também só infrequentemente são incoerentes).

1.4.2. As etnias do Sul de Portugal

Podem encontrar-se quatro narrativas diferentes para explicar a situação étnica proto-histórica do Sul de Portugal:

1 – Vivendo os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, assiste-se a uma invasão, que elimina os habitantes e os substitui por *Kelticoi* e *Konnioi* (Cf. Bosch-Gimpera 1939).

2 – No decurso da sua história, os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal decompõem-se, passando os seus efectivos demográficos a compôr outras unidades étnicas (Silva, *loc. cit.*). No caso dos *Cynetes* (no Algarve), desaparecem enquanto etnia devido a uma precoce urbanização, testemunhada pelas várias cidades que aí cunharam moeda desde muito cedo (Alarcão, *com. pes.*).

3 – Os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal são apenas alguns dos que aí viviam, entre os quais os autores clássicos, por circunstâncias que não nos é dado conhecer, escolheram uns ou outros para comporem a sua descrição da situação local (Alarcão 1996a e b, *passim*).

4 – Os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, integravam-se em estruturas étnicas complexas, constituindo um estrato particular dessa estrutura: *Cempsi* e *Saefes* eram *Kelticoi*; *Cynetes* (mais tarde chamados *Konnioi*) pertenciam a um estrato pré-indo-europeu que se pode designar convencionalmente de *Turduli* (Alarcão, *com. pes.*).

A teoria que referimos em 1 não é sustentável.

A que mencionamos em 2 é sustentável, pode inclusivamente ser tomada como provável, mas não é uma teoria explicativa, já que deixa no vazio todos os fenómenos que levam à efectiva ocorrência desse processo de decomposição/recomposição e é, na prática, uma teoria redundante com a mencionada em 4. Tal processo não pode ocorrer se cada etnia tiver como centro um único povoado, circunstância em que se esperaria uma mais imediata detecção no registo

arqueológico destes intrincados processos.

A teoria que referimos sob o número 3 introduz um elemento de indeterminismo, que nos parece incomportável e relativamente ao qual se vêm a encontrar indícios que o desmentem.

Em trabalho de 1992, J. Alarcão problematizava, e bem, o problema da transmissão dos etnónimos e da sua correspondência à efectiva organização da sociedade peninsular. Punha a hipótese de, infamiliarizados com a língua, os autores clássicos terem propositadamente omitido alguns, como se passa mais tarde com Plínio (mas em situação radicalmente diferente do ponto de vista político e cultural). Como vimos, uma leitura possível da *Ora Maritima* conclui de forma diferente. A coincidência de que o périplo que lhe terá servido de base e Heródoto transmitam ambos o etnónimo *Cynetes/Kynesioi* também não abona em favor de uma aleatoriedade da transmissão. Sobretudo, não é crível que Políbio não tivesse um conhecimento exacto da situação política dos menos de quatrocentos quilómetros que vão de Cadiz a Lisboa; que, tendo-o, não o tivesse transmitido, e que, transmitindo-o, Estrabão (directamente ou através de Possidónio) não o tivesse utilizado.

A teoria que referimos sob o número 4 é, potencialmente, a que menos objecções encontra, mas note-se que elimina o único argumento historiográfico a favor de uma invasão de *Kelticoi*, em qualquer data.

Todas estas teorias assentam, no entanto, na noção base que criticámos, a que um etnónimo veiculado numa fonte é sinónimo da existência de um grupo discreto de população, portador de um património genético e linguístico distinto dos outros.

Aceite, do ponto de vista historiográfico, este pressuposto e, do ponto de vista arqueológico, enfatizadas mais as inevitáveis divergências das evoluções micro-regionais e dos dados disponíveis sobre elas que as tendências mais generalizadas da evolução milenar das redes de interacção supra-regional, a coincidência de resultados e conclusões é inevitavelmente marcante. A polémica reduz-se a questões quilométricas (o território A tinha um raio x , o de B um raio y , ou antes pelo contrário), mas esta história-*ersatz* não acrescenta um ponto aos nossos conhecimentos sobre a evolução socio-política dessas sociedades, confundindo, de passagem, dados linguísticos que podem ter uma explicação simples, com testemunhos de uma complexa (e improvável) situação populacional (como uma “sociedade multi-racial”, que não se imagina facilmente o que seja num povoado com um par de milhares de habitantes, máximo).

É o avanço, imprudente, na exegese das fontes que suporta a “inflacção” dos dados arqueológicos de base, e a argumentação circular que assim se instala não pode ser aceite como suficiente para demonstrar a existência de cidades-estado de cariz étnico no Sul de Portugal na Idade do Ferro.

2. OS POVOS PRÉ-ROMANOS

2.1. A questão

“Tenho horror a setas em Pré-história.” (Guillaine 1984, 161).

O “horror” às setas, produto de uma tendência da Nova Arqueologia para explicações funcionalistas e autárquicas para quase todos os problemas, é talvez injustificado. Os povos pré-históricos movimentavam-se, existiam invasões e deslocamentos maciças de grupos sociais (Harbison 1979). Estes movimentos podem, por vezes, acarretar soluções de continuidade no registo arqueológico, como vem a acontecer mais tarde no séc. IV DC. Mas a arqueologia tem de proceder segundo outros métodos operativos, na tentativa de descodificar o registo arqueológico, onde a detecção de eventos específicos directamente ligados a acontecimentos históricos documentados nas fontes clássicas (o que nem sequer é o caso das migrações proto-históricas) é sobremaneira rara.

A migração démica é um dado fundamental na análise historiográfica que J. de Alarcão conduz. Sem ser claramente expressa, é também uma noção basilar à equação que A. Arruda faz entre materiais arqueológicos de origem num ponto x (todos sabemos o valor que estas atribuições têm, na ausência de estudos físico-químicos) e filiação de um determinado complexo historico-cultural.

Propôr explicações da evolução social em regiões determinadas, baseadas exclusivamente nas características étnicas, nos dias que correm, causa horror, como as “setas” (de outra coisa não se trata) fazem a J. Guillaine. Este tipo de explicações remonta, no que ao assunto que abordamos diz respeito, a A. Schulten. A realidade arqueológica, no actual estado de investigação, desmente por completo o complexo panorama étnico e migratório que o aparato crítico que o autor alemão teceu nas *Fontes Hispaniae Antiqua* pressupunha.

O problema étnico, na perspectiva de Schulten (que podemos pensar nunca ter sido dada como concluída: cf. Tovar 1971, 43-4) integrava-se no espírito da época, incluindo, de passagem, outros movimentos com o dos Tirsenos para a Península ou o dos Etruscos para o Egeu. Encontrou o seu apogeu em P. Bosch-Gimpera, senhor de um aparato crítico linguístico notável, mas que nunca foi absolutamente convincente para quem tratava em bases mais seguras os problemas arqueológicos de base (Savory 1974, 247-9. Cf. Hoz 1992, 3).

Uma abordagem moderna do problema só pode ser problematizante.

Problema central em toda esta questão é, evidentemente, a questão do etnónimo *Keltikoi*, indiscutivelmente localizado no Sudoeste Peninsular, a partir de uma data a determinar (pelo menos suficientemente antiga para informar Heródoto), antes da qual o etnónimo não estaria presente (como seria a do putativo périplo que serviu de base a Avieno).

Levantam-se dois problemas concomitantes: o que significa, neste contexto, *Keltikoi* e o que significa *populus*.

2.2. Os dados do problema

2.2.1. A definição de etnicidade

As explicações da pré- e proto-história baseadas nas *Volkerwanderungen* são racistas. Esta afirmação, redundante, deve ser mantida bem presente no espírito dos arqueólogos que lidam com a complexidade social e com a afirmação da etnicidade porque, mesmo antes das implicações sociais e políticas que a arqueologia inevitavelmente tem nas sociedades em que nos integramos, o racismo inerente a essas explicações tem implicações directas na autenticidade das narrativas que construímos a propósito do nosso passado.

No momento em que, verificada no registo arqueológico uma discontinuidade de significado cronológico acompanhada por alterações nos estados dos atributos x, y ou z, tal facto é atribuído à substituição física dos agentes de formação do registo, o arqueólogo está:

- a) a atribuir aos agentes de uma “fase” 1 a incapacidade de produzir essa alteração.
- b) a imaginar os agentes da fase 2 providos dos dotes de produzir “evolução”.

Está, em suma, a ser racista, mesmo que isso seja fruto de uma forma naturalmente dialéctica de compreender o mundo (Levi-Strauss 1986, 15), e sem que tal permita considerá-lo um crápula de maus sentimentos.

A premente necessidade de abstenção deste género de raciocínios não decorre, nem da consciência do mau uso que a política pode fazer da ingénua academia, como aconteceu na Alemanha nazi, nem de uma hodierna preocupação com a “correção política”, por respeitáveis e importantes que sejam — e são-no — essas preocupações. Pode igualmente decorrer, prosaicamente, da constatação, ingénua e académica, de que as explicações baseadas na intervenção de blocos démicos destacados e em movimento não colhem em **nenhum** problema da arqueologia europeia, do Megalitismo à decadência do Império Romano, inclusive.

Um moderno entendimento antropológico desmente as asserções racistas, no sentido de provar que os diversos grupos humanos não se distinguem essencialmente pelas suas capacidades intelectuais. Explicações assim baseadas são, portanto, necessariamente desadequadas.

A transferência de indivíduos entre pontos afastados do espaço europeu fez parte das formas usuais de interacção na pré- e proto-história. Essa interacção é fundamental na evolução das sociedades, mas os seus efectivos demográficos mantiveram-se maioritariamente inalterados.

O problema está mais estudado para o Neolítico do que para a questão indo-europeia (mas veja-se Renfrew 1987 e Sokal *et al.* 1898, 1992 e 1993a e b), mas parece evidente que mesmo modelos não difusionistas/não invasionistas (Ammerman 1979 e 1984, *id. et al.* 1973; Cavalli-Sforza 1991, *id. et al.* 1994; Sokal *et al.* 1991) como o da “onda de crescimento demográfico” colocam demasiada ênfase na migração populacional e subestimam o contacto interregional não-migratório, talvez porque a base de dados em que laboram é colhida sob pressupostos historico-culturalistas (Cf. Sokal *et al.* 1993).

As poucas análises conduzidas na Península Ibérica a este título, tampouco suportam a existência de imigrações importantes (Calafell *et al.* 1993, especialmente 741, e Bertranpetit *et al.* 1991).

A arqueologia europeia demonstra a possibilidade, a riqueza até, da demarcação de entidades políticas através da análise dos efeitos que essas entidades tiveram na distribuição de elementos da cultura material (Rowlett 1994, Brun 1988). Todavia, será necessário distinguir etnicidade, enquanto conceito, da mera variação espacial de qualquer fenómeno, devendo aquela referir-se à consciente identificação com um grupo social específico (Shennan 1994). Nem arqueológica nem historicamente se tem acesso a esta identificação consciente, portanto, deve ser com prudência que a identificação arqueológica dos *populi* se faz (Cf. Veit 1994).

A reconstrução da etnicidade repousa frequentemente na equação de Childe (1929, v-vi, Cf. 1977, 17-20) cultura arqueológica > povo > língua (Clarke 1972, 54). A reconstrução de culturas arqueológicas traz problemas... Que dizer da reconstrução linguística? Como tomar seguramente o termo médio da equação?

A etnicidade é, em grande medida, matéria aberta a opções: algumas comunidades nunca chegam a definir-se em termos étnicos, enquanto outras adoptam essa forma de identificação. Para além disso, é sempre possível a assimilação de indivíduos originalmente estranhos ao grupo social (étnico ou não. Renfrew 1994, 157), e sempre existiram marginais (para usar uma frase do malgrado Carlos Alberto Ferreira de Almeida).

Não devemos assumir que a expressão étnica que gregos e romanos impuseram aos chefados guerreiros que encontraram pela Europa fora correspondam exactamente a entidades démicas de distinta origem (no sentido genético do termo). As culturas arqueológicas, tão pouco quanto esses etnónimos, não podem ser directamente equacionados com povos de entidade étnica bem definida e afirmada conscientemente (Renfrew 1994, 161).

Existem, aliás, indícios na historiografia clássica que, mesmo a nível de povoados inteiros, a adesão a coalições militares de cariz étnico (como os Lusitanos) estava aberta a negociação.

2.2.2. A definição de celticidade

O problema da “celticidade” das (ou de algumas) populações ibéricas é um velho problema, que conta com bibliografia tão numerosa quanto repetitiva e desactualizada. É talvez aconselhável colocar algumas questões prévias (Kurtz 1995, Almagro *et al.* 1992, 472-5), antes de sufocar sob a avalanche de erudição que imediatamente se adivinha quando se enuncia a palavra “celtas”.

Em primeiro lugar surge uma questão de conceito: seguindo o mesmo rumo que apontámos acerca da noção de etnicidade, a celticidade como um facto inelutável, uma pertença étnica superestrutural irrecusável e insusceptível de evolução é um conceito que vai sendo abandonado.

A. Prodoscimi (1991) é um exemplo de uma abordagem processualista das línguas celtas, no sentido em que I. Diakonov (1985, 93, 106-7) apontava como uma necessidade para todo o problema indo-europeu.

A. Prodoscimi (1991, 55) propõe, baseado em casos (como o Lusitano) de atribuição difícil, senão impossível com o actual volume de dados, que se abandone uma perspectiva dicotómica na classificação de entidades linguísticas, como o referido Lusitano ou o Lígure onomástico, a favor de um critério de gradualidade. Neste sentido, entre as línguas célticas *optimo iure* (britónicas ou goidélicas) e as línguas, em absoluto céltico, *nullo iure*, ficarão várias línguas, célticas *iure non optimo*, cuja evolução é variegada, em direcção às línguas célticas, ou antes pelo contrário.

No entanto, como todos os campos no interface entre campos científicos distintos, a evolução é particularmente lenta. Aparentemente (Polomé 1994, v.g.) nem a verificação do beco sem saída que representa a equação isoglossas > complexos historico-culturais > movimentos dêmicos é suficiente para estimular um salto epistemológico, como se esperaria depois de ter sido maioritariamente aceite que a *Wellentheorie* (teoria das vagas) é mais adequada à realidade conhecida das línguas europeias do que a *Stammbaumtheorie* (teoria dos ramos); esta segunda correspondia precisamente a explicações historico-arqueológicas baseadas nas *Volkerwanderungen*. O problema reside no próprio método comparativo utilizado pelos linguistas nas suas reconstruções, que favorece naturalmente conceitos normativos historico-culturais. Este facto raramente é tido em conta por arqueólogos que trabalham no interface entre a Arqueologia e a Linguística (Zvelebil 1995, 41).

Estas teorias são distintas pela forma de explicar a clivagem das várias línguas indo-europeias:

– a hipótese de separação em ramos (*Stammbaumtheorie*) não parece confirmar-se pois essas línguas não são recortadas por um grande número de isoglossas (a clivagem *centum/satem*, por exemplo, apesar de muito importante e marcada, não encontra coincidência em mais nenhum fenómeno do género. É por isso apenas mais uma isoglossa).

– a hipótese de evolução por vagas (*Wellentheorie*), correspondendo essas vagas a fenómenos que, com origem numa língua, se espalham nas suas colindantes, segundo percursos aleatórios, adapta-se melhor à realidade conhecida.

Desta forma, é a própria reconstituição da evolução linguística que desmente a hipótese de a situação demográfica corresponder a blocos de origens geográficas precisas e trajectos migratórios bem direccionados (*Volkerwanderungen*).

Em segundo lugar uma questão de terminologia:

– europeu-antigo, lígure, proto-celta, são formas de, com nuances, designar conjuntos de fenómenos linguísticos — bem definidos e consensuais entre todos os que se debruçam sobre o assunto, note-se — cuja forma de ligação ao problema geral de evolução do céltico continental não é pacífica (Tovar 1985, 251-3); o problema do céltico continental não é pacífico!

Os fenómenos em questão (perda ou manutenção do *p*, alguma toponímia, *et alia*) ligam as línguas indo-europeias hispânicas às línguas célticas *optimo iure*, tal como ocorre com o conjunto de fenómenos linguísticos que se designa por lígure (simplificando por esta expressão a realidade de um conjunto de fenómenos decididamente europeus, peri-alpinos, mas fora da área céltica. Prodoscimi 1991).

A escolha entre um dos três termos — indo-europeu arcaico, lígure ou celta — pode ser feita por variadíssimas razões (entre elas a escola em que se estudou); P. Bosch-Gimpera escolhia o termo *celta* “car il est inutile d’en chercher un autre qui ne ferait que créer des confusions” (1953, 74). A simplicidade degenerou em simplismo e este numa confusão maior do que aquela que se pretendia evitar. Infelizmente, raras vezes a primeira atribuição étnica de uma língua em processo de descoberta se veio a confirmar completamente.

Os tempos estão, portanto, maduros para reposicionar o problema, simultaneamente do ponto de vista do conceito e da terminologia, ainda que este segundo ponto melhor se deixe aos linguistas.

2.2.2.1. A celticidade peninsular

Três vectores têm a ver com a conceptualização deste problema, no que diz respeito à Península Ibérica:

– a posição do Celtibérico, relativamente às línguas célticas continentais e como testemunho linguístico de uma cultura arqueológica bem definida com que, aparentemente, está em estrita relação.

– a classificação do Lusitano.

– o problema das línguas meridionais (tartéssica e, no que diz respeito ao Sul de Portugal, peri-tartéssica).

A análise da morfologia e da flexão da língua celtibérica está em permanente evolução (Villar 1986, 339-41), com implicações determinantes na estimativa possível do grau de arcaísmo, ou pelo contrário, dessa língua relativamente ao céltico continental (*id.* 372-4). Já K. H. Schmidt (1979, 104-113) se tinha deparado com a multiplicidade de aspectos da questão e com o resultado aparentemente paradoxal de uma tentativa de classificação.

Os vários indícios, só aparentemente contraditórios, concorrem no apoio do facto de, ao contrário do normalmente assumido, o processo de formação da cultura (e de “estabilização” da língua) celtibérica ter sido longo e complexo (e antigo). É seguro que, para além de uma pertença genérica ao ramo das línguas célticas (no sentido de europeias-antigas) se atesta na Celtiberia um contributo propriamente gaulês, talvez responsável pela adopção dos rasgos linguísticos pertencentes ao ramo galo-britónico das línguas celtas (no sentido de “La Tenianas”) mas tratam-se (*Berones e Galli*) de não-celtíberos (Marco 1989; Burillo 1987; Hoz 1992, 10).

Ora, numa área geográfica de limites nem sempre precisos (veja-se Albertos 1979, 131-3) o registo arqueológico funerário demonstra a existência de uma situação que se pode comparar com este panorama linguístico: uma fase proto-celtibérica situada nos finais do séc. VII, com raiz anterior e, dessas datas em diante, uma evolução pontuada por evidências de contactos regulares, com a área ibérica evidentemente, mas também num espectro mais vasto que abrange a Europa transpirenaica (Cerdeño 1992).

Dentro dessa zona, verificamos a existência de um sistema de afirmação social de natureza gentilícia, claramente assumido pelos indivíduos, que supera muito em complexidade a usual designação de *gentilitates* (Faust 1979, González *et al.* 1986), um panorama proto-urbanizado em que a numismática demonstra a afirmação de elites burocratizadas ligadas a povoados específicos com intensas relações entre si (Beltran 1986) e uma divisão tópico-tribal cuja afirmação consciente é inequívoca (Burillo 1991), mas a adopção do conceito de *Celtibero* não existe — é imposta de fora, exclusiva do legado literário clássico.

O lusitano participa de algumas características arcaizantes do celtibérico, mas distingue-se dele de uma forma sensível, que levava A. Tovar (1985, 253) a afirmar que o seu processo de introdução na Península era necessariamente

independente. K. H. Schmidt (1985, 338) verificava, no entanto, similitudes onomásticas entre lusitano e celtibérico, sustentando também a existência de relações sintácticas e vocabulares entre aquela língua e o céltico continental. Em suma, a faixa de contacto do lusitano e do celtibérico, ou é epidérmica, como no que diz respeito à onomástica (cf. Schmidt *loc. cit.*), ou reside precisamente nos rasgos arcaizantes de uma e outra língua. A posição de A. Tovar que referimos, que se contextualiza com “invasões”, deve portanto tomar, num distinto contexto de explicação arqueológica, um sentido novo: a de um processo longo e sincopado, de datação mais alta que o que é normalmente proposto.

Se a língua celtibérica se relaciona com um momento antigo da evolução das línguas celtas e vem, provavelmente, do séc. VII AC, e a língua lusitana parece ser, quando comparada com a celtibérica, ainda arcaizante, somos necessariamente conduzidos aos inícios do Iº milénio (Cf. Hoz 1992, para uma cronologia provavelmente ainda mais alta).

Só a cronologia alta pode eficazmente resolver o problema da aparente contradição levantada entre os rasgos arcaizantes das línguas hispano-celtas e outros não arcaizantes. Esta teoria não é nova, do ponto de vista arqueológico (Almagro 1977, Almagro *et al.* 1987), e integra-se, aliás, em tendências europeias de recuar a data e caracterizar de forma diferente todo o processo de indo-europeização (Renfrew 1990, Zvelebil 1995, 56).

Neste sentido tem sido utilizado o termo de **celtização cumulativa**, e tem sido apontada a utilização de elementos simbólicos de um “estilo céltico” (Berrocal 1992, 282-5; 1995b), talvez em função de uma evolução das formas de representação das comunidades em contexto de intensa interacção.

Note-se, todavia, que este processo cumulativo só faz pleno sentido se for interpretado como o resultado de um fenómeno de alteração linguística por contacto, tal como podemos falar de alteração de componentes do registo arqueológico por interacção a distância, e não por uma simples operação aritmética que consiste em dividir por muitas sucessivas os estimados efectivos de uma única invasão de “celtas-de-espada-na-mão”.

A longa duração do processo explicaria que, só em finais do Milénio, Plínio (*Nat. Hist.* III, 1, 13-14) estivesse em condições de transmitir um verdadeiro relato etnográfico, digno tanto de Célticos como de Celtas ou Gálatas. E, ainda assim, isso aplica-se a um (relativamente) pequeno grupo de povoados, geograficamente circunscritos.

A situação do Sul de Portugal é especialmente interessante pelas perspectivas que se abrem a uma interpretação, nestes termos, do percurso histórico a que assistiu no Iº Mil. AC. A situação toponímica (coexistência de topónimos em *-briga*, em *-urgis* e em *-ippo*) é um dos indicadores de que a evolução se

pode ter feito pelo contacto entre grupos multi-lingues que não tinham claramente estabelecida uma língua de prestígio, criando uma situação de *Sprachbund*: quando, em zonas localizadas, línguas pertencentes a famílias diferentes desenvolvem traços comuns entre si, por adulteração ou creoulização, que não se encontram noutros membros das suas famílias originais (Zvelebil 1995, 45).

Um certo grau, indeterminável no actual estágio de investigação, de multilinguismo é testemunhado, indirectamente, pela adaptação da escrita do Sudoeste (Hoz 1996, Correia n. p. b)

Este é um fenómeno que pode ser crucial no desenvolvimento linguístico, especialmente se considerarmos que se trata de uma evolução linguística sem base genética, não requerendo difusão demográfica ou migração para efectivar essa evolução (Zvelebil 1995, 47-8). Alguma transferência de indivíduos, a nível de elites sociais, por exemplo, é, todavia, mais que provável.

É necessário indagar a forma como se desenrola a evolução que verificamos existir no domínio linguístico e no domínio arqueológico. A contribuição antropológica é necessária, como também é a diversificação das perspectivas propriamente arqueológicas de abordagem. A narrativa histórica a que os arqueólogos peninsulares normalmente chegam é, quase sempre, machista, ou pelo menos masculino-centrada. Todavia, são as redes de interacção consistentes nos sistemas de parentesco que parecem uma das estruturas com maiores probabilidades de terem desempenhado um papel relevante nestes fenómenos: aí o papel das mulheres foi certamente crucial, mas não tem sido indagado.

2.2.2.2. As redes de interacção nos inícios do Iº Milénio

O panorama linguístico convencionalmente designado por *Sprachbund* não é diferente do que aquele que J. Maluquer de Motes (1957), no domínio da arte, encontrou no estudo do Bronze Carriazo, na sua fina miscigenação de conceitos indo-europeus e iconografia oriental. O mesmo fenómeno vai sendo identificado em joalheria orientalizante extremeña (Berrocal 1989).

Neste sentido, compreendemos a intuição de J. Alarcão de que existiria no Sul de Portugal uma situação linguística complexa, mas não conflitual. Não aceitamos, no entanto, a ênfase étnica do autor.

A existência de um processo muito longo, remontando aos inícios do Iº Mil. AC, ao longo do qual teria lugar a indo-europeização do Sul do país explicaria a presença de alguns antropónimos desse âmbito linguístico em inscrições do Sudoeste (Correa 1989), sem que seja notável qualquer outro conjunto de fenómenos de idêntica natureza linguística, e sem que isso se possa tomar por paradoxal (Hoz 1989b, 597).

É talvez possível encontrar alguns vestígios muito localizados de conjunturas em que os contactos subjacentes aos fenómenos de interacção tiveram lugar nos inícios do milénio: Nora Velha e Cerro das Antas. Estes exemplos, que se integram mal na sequência muito fechada de um ritual funerário muito tradicional ao longo do Bronze II do Sudoeste e da Iª Idade do Ferro, encontram objecções, sendo-lhes apontada uma data tardia (Arruda *et al.* 1995, 248) ou um carácter propriamente orientalizante e não indo-europeu (Bendala 1992, 33-34). Todavia, a nossa opinião é diferente.

Na reutilização da tholos da Nora Velha (Viana 1960) para deposição de urnas cinerárias, utilizaram-se dois vasos que encontrariam fácil integração nas cerâmicas de Alpiarça (fenómeno particularmente evidente depois de desmontado o desastroso restauro do tempo do escavador e de os vasos terem sido tratados convenientemente). Associado (?) estava um caldeirão de bronze de um tipo de inspiração greco-oriental (o que corroboraria as posições de M. Bendala), conhecido já na Península na sepultura de El Carpio (Pereira *et al.* 1986), onde também existem cerâmicas pintadas, tal como na Nora Velha. As urnas do Cerro das Antas (Viana *et al.* 1957) estavam provavelmente associadas a braceletes maciços de tipo atlântico.

Este fenómeno deve estar ligado ao desejo de apropriação de espaços de elevado valor simbólico, como também ocorre no Cerro do Gatão (Fabião, *com. pes.*).

Em suma, existe uma hipótese em aberto: a de considerarmos que a existência de cemitérios de incineração depositada em urna em Alpiarça constitui testemunho de interacção com o espaço indo-europeu ou, pelo contrário, supôrmos uma introdução da incineração no Sudoeste através da prática púnica arcaica da incineração ritual (Cf. Fabião 1993, 105-6).

Em qualquer dos casos, o carácter disperso dos vestígios e a sua ligação a monumentos de datas antigas leva a defender, a existência de uma muito complexa esfera de contactos no Sul de Portugal, que associa, provavelmente em pé de igualdade, os contactos orientais, com os atlânticos e com os europeu-continetais. Esta situação ocorre, no entanto, em casos excepcionais, frente a um profundo tradicionalismo da prática funerária (nas arquitecturas, nomeadamente), enquanto outros indícios falam também de uma estrutura económico-social basicamente imutável.

Esta situação compagina-se com a restituição de uma evolução linguística complexa, fruto de um processo de evolução por contacto ao longo de um espaço de tempo dilatado, sem que qualquer destas restituições obrigue a imaginar um movimento demográfico importante. Tais explicações, recorrendo a imigrações ou a invasões, não dão conta de alguns fenómenos verificados, e acarretam aliás problemas de interpretação delicada. São, portanto, de abandonar.

A convergência de arqueologia e linguística podem até encontrar exem-

plos paradigmáticos na explicação dos topónimos em *-briga*, não numa qualquer celtização de povoados específicos em datas a determinar, mas sim, como já se indicou para Conimbriga (Blondin 1977, Correia 1993 a) na difusão contemporânea de novas realidades demográficas e urbanísticas, como sejam os povoados fortificados centralizadores de largos tractos territoriais (Almagro 1994) e das realidades linguísticas que os denotam, a partir dos inícios do Iº Mil. AC. Que tal interacção tinha lugar biunivocamente não deve ser posto em causa: alguns achados de características peninsulares na área halstática provam-no bem (Spindler 1973) e trazem também à ribalta a interacção pessoal, muito provavelmente no estrato superior da sociedade, e feminina.

Esta restituição da evolução socio-linguística da Idade do Ferro do Sul de Portugal justifica que a historiografia e a geografia clássicas situem no Sul de Portugal uma entidade étnica a que chamam *Keltikoi* ou *Celtici*, não *Keltoi* ou *Celti*. Equivale isto a chamar-lhes “celtoides”, não celtas (Cf. Maia 1980, 68-9).

Também neste contexto se compreende a intensificação dos contactos intra-peninsulares que vão dar origem, a partir do séc. III, a um estilo étnico de características muito marcadas, em algumas zonas do Sudoeste, particularmente as vertentes oeste da *Baetouria* e o Alentejo (Beirão *et al.* 1986, Berrocal 1995b, Barrio 1987). Motivado, por um lado, pela tendência decrescente dos contactos com as costas e com as sociedades mais fortemente orientalizadas aí localizadas; desaparecidos, por outro lado, todos os contactos com a esfera atlântica, é a Meseta que supre as necessidades de interacção, inerentes a estas sociedades (Renfrew 1988). É também provável que a ingerência cartaginesa na Península tenha tido um efeito directo na maior mobilidade de elites guerreiras por todo o espaço peninsular (Beirão *et al.* n.p.), tal como intensificou decididamente a mobilidade de parte dessas elites para fora do espaço peninsular (Bellido 1969).

Nesta conjuntura, a afirmação consciente de uma solidariedade trans-organizacional, que agrupa indivíduos de várias estruturas tribais, de vários povoados, de várias áreas geográficas, pode ter adoptado uma expressão étnica, com um elemento estilístico, de representação, muito importante, como foi o caso da *Baetouria* (Berrocal, com. pess.).

3. CONCLUSÕES

3.1. População, língua e interacção

“Gaulês’ não é linguisticamente compacto, mas variegado tal como se

poderia esperar da situação histórica — que é infelizmente subestimada, se não ignorada, pelos linguistas — de que os Gauleses se subdividiam em povos (ou tribos ou outras divisões) de uma forma tal que, talvez não sendo excepcional para o mundo antigo, nunca foi contemplada, nem pode ser contemplada, por alguém usando a simples etiqueta de ‘Gauleses’.” (Prodoscimi 1991, 52. Sublinhado meu).

Esta equação entre um grupo populacional, o(s) seu(s) designativo(s) e a sua língua parece-nos paradigmática para a situação da “Hispania Céltica”.

A população do Sul de Portugal durante a Idade do Ferro não exprimia a sua organização social através da identificação étnica. Correspondia isto, provavelmente, a uma consciência, talvez mitológica, de um processo histórico em que a manutenção de efectivos demográficos em crescimento paulatino e regular se conjugava com uma permanente interacção com sociedades vizinhas (ou por vezes até distanciadas). A sua situação linguística reflectia, provavelmente, isso mesmo: línguas de antiga origem, desde há muito indo-europeizadas, muito abertas a contributos de outras línguas, nomeadamente as hispánicas pré-indo-europeias.

A sua organização social era complexa: estava, no entanto, longe de se poder considerar um estado. Faltava-lhe para isso a rigidez dos mecanismos de controle e a perenidade das relações formais entre estratos distintos da sociedade, que os chefes de linhagens não eram ainda capazes de impôr aos seus dependentes e aos outros chefes seus vizinhos, nem a população que já vivia concentrada em povoados incipientemente urbanizados era capaz de chamar a si, nem tão pouco a classe sacerdotal emergente dominava (Cf. Yoffee 1993).

Existem modelos históricos para estas sociedades onde o papel dos indivíduos é determinado pela sua idade, dentro do grupo, e pela posição do grupo a que pertence frente a outros. Conhece-se também a importância do valor individual (especialmente porque se trata de sociedades guerreiras), da riqueza e da sua obtenção, e da hereditariedade (Finley 1988, 49 ss. e especialmente Martin 1996, 48-50).

A interacção, dos indivíduos com os outros, das comunidades locais entre si, das linhagens e da sua política de enriquecimento, é também fundamental, e disso é bom testemunho o passo de Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*, 342 ss):

Chama o teu amigo para um festim, mas deixa o teu inimigo sozinho;

Chama aquele que vive perto de ti, porque se algum mal acontecer aí, os vizinhos vêm arreados, mas os parentes ficam a arrear-se.

Em contexto pré- ou proto-urbanizado existe uma contradição, ou uma situação dialéctica, entre duas vertentes fundamentais na forma de agregação

dos indivíduos e, conseqüentemente, na definição (em termos culturais também) das sociedades que eles formam. O passo de Hesíodo refere-se-lhes: um destes fenómenos, a linhagem, é tradicional, o outro, a vizinhança, é emergente.

É o reforço do povoamento concentrado e fortificado, numa situação de conflitualidade latente endémica, que faz emergir a importância das relações de vizinhança.

Existe uma profunda diferença funcional entre um povoado fortificado e outro, não fortificado. Um povoado rodeado por uma muralha (até certo ponto, basta que se trate de um povoado implantado num local com boas condições naturais de defesa) está delimitado. Este espaço confinado oferece protecção, mas impõe regras de convivência e ocupação do espaço que são desnecessárias em povoados abertos, providos de uma extensão teoricamente infindável para crescimento da área construída. O desenvolver destas relações cria uma rede intragrupal de relações que se sobrepõe, na prática, às relações genéticas, que a exogamia dilui em espaços demasiado vastos para serem operativos (Cf., v.g. Hoz 1992, 23).

A complexificação social, a urbanização, *a la limite* o estado, nascem destas realidades tópicas, e não de uma qualquer elaboração das relações genético-linhagísticas.

Estabelece-se assim uma dialéctica entre realidades organizacionais de raiz tópica e outras, de base genética, que entram rapidamente no domínio da mitologia. A etnicidade, ligada à complexificação social, pertence ao primeiro destes campos, a linguística, não.

A etnicidade não é a mera soma das realidades tribais, nem estas são a soma das realidades genéticas. Necessita de uma afirmação consciente do estado de pertença que só ganha sentido através de realidades organizacionais de base necessariamente tópica (local ou regional), com expressão territorial em âmbito definido ou, pelo menos, definível.

A linguística (ou, para o que nos interessa, a determinação da língua falada por um determinado indivíduo) não depende de tal territorialidade, é essencialmente inconsciente, em fase de aprendizagem, e, em grande medida, é determinada por relações de base genética ou organizacional-familiar.

A escala das comparações etnográficas normalmente utilizadas (com África, por exemplo) parece por vezes radicalmente desajustada. É seguramente improvável que uma etnia abranja dois grupos de indivíduos de línguas distintas, mas a coincidência de limites de um e outro domínio termina aí mesmo.

3.2. A evolução da Idade do Ferro

O estudo dos povoados da Idade do Ferro do Sul de Portugal sugere uma evolução de uma posição de predominância dos pequenos sítios não fortificados para uma de maior importância dos povoados fortificados maiores. Fernão Vaz está datado dos inícios do séc. VII ao séc. V, e outros pequenos povoados não se datarão muito diferentemente (os da região de Castro Verde, *v.g.*). Os grandes povoados fortificados parecem mais tardios e estender-se-iam até ao período romano (em abono desta asserção vêm também Arruda *et al.* 1995, 241).

Esta evolução é paralela à distribuição da epigrafia, que é um factor primordial na identificação de sepulturas de prestígio. Quer as inscrições, quer os grandes monumentos funerários têm uma larga distribuição por muitas necrópoles que, na maioria dos casos, estão associadas a pequenos povoados, não fortificados, e não a centros urbanos.

O padrão de distribuição das inscrições e dos sítios associados parece ser função da dispersão de recursos naturais na península do sul de Portugal, onde só nalguns poucos troços de rios se encontra água no Verão, os mesmos junto dos quais se encontram os poucos terrenos férteis, e ainda os mesmos que expõem nas suas margens encaixadas, os estratos do Devónico que constituem a faixa piritosa do SO.

Assim, se as inscrições são um indicador de um alto *status* social dentro da sociedade da época, argumentar-se-ia que esse *status* estava directamente ligado a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos, dispersos, que exploravam directamente áreas localizadas de recursos naturais particularmente ricos (Correia *n.p.* b).

A existência de povoados fortificados maiores integrar-se-ia neste panorama se eles se considerarem como centros que centralizavam algumas funções económicas, mas que não centralizavam aquelas funções sociais determinantes, que dependiam ainda da exploração directa dos recursos naturais e em nas quais as relações intra-grupais e o *status* social assentavam.

Uma tal organização dos grupos humanos estritamente ligada às condições naturais não diverge muito daquela que se adivinha no Bronze Final II do SO. Teorias recentes, aliás, tentam demonstrar que o impacto orientalizante não é sentido para além do estrato de topo da sociedade do Bronze Final e Ferro Inicial, e é efectivamente demonstrável que em datas altas este estrato de topo adoptou uma larga gama de características culturais de origem oriental, mas que o padrão de ocupação do espaço e provavelmente a organização económica da sociedade como um todo, se manteve praticamente inalterada (Aubert 1982).

Esta argumentação tenta demonstrar que a adopção de traços culturais orientais, tal como se detectam na arte, ou genericamente tal como a escrita ou

a maneira de vestir (que verificamos pelo surgimento das fíbulas) ocorre ao nível do estrato social que controla a transferência dos recursos naturais para fora dos territórios que controla. Só num segundo estágio, e como um processo de evolução interna da sociedade, alguns dos dados adoptados são divulgados no conjunto da sociedade. Neste sentido, o uso da escrita e o seu subsequente desaparecimento no séc. V, é elucidativo das eventualidades a que algumas das aquisições estiveram sujeitas.

Se se aplicar este modelo ao fenómeno de urbanização, o processo de concentração de população e de funções socio-económicas em grandes povoados de aspecto monumental, também aqui se identificaria o resultado da interacção com as colónias fenícias. Estas foram na realidade os primeiros povoados na Península Ibérica a demonstrarem a cabal aplicação de um urbanismo, e foram também muito provavelmente os primeiros locais onde o poder não dependia de chefias personalizadas, mas sim de formas mais sofisticadas de relacionamento intra-comunitário e de sistemas socio-políticos mais complexos. A interacção com estas colónias teria resultado na adopção de técnicas de construção, de novas concepções do espaço edificado, facilmente adaptáveis aos sistemas locais, e só depois, com o continuar das relações, outras novidades, mais subtis e menos facilmente detectáveis no registo arqueológico, mas que caracterizam o urbanismo, viriam a ser incorporadas. Esta evolução levaria as chefias locais a concentrarem num só sítio de tipo urbano as funções que antes estavam dispersas por vários locais de cariz rural.

O processo de nascimento destes sistemas de controlo dos centros urbanos e dos seus territórios está portanto relacionado com o próprio processo de urbanização, mas a explicação deste levanta o problema de saber como e até que ponto as influências orientais atingiram as populações do interior.

Dois modelos alternativos podem ser imaginados, distintos na ênfase que se coloque em diferentes processos socio-políticos que atingem as populações do interior:

a) a urbanização decorre da crescente coordenação entre as unidades de exploração dos recursos naturais. Estas unidades agrupam-se num determinado ponto e para aí transferem as funções sociais que desempenham (decerto junto com os seus elementos mais importantes), criando centros urbanizados.

b) a urbanização é um resultado do aumento das capacidades de alguns centros, que em todo o tempo centralizaram funções económicas, de se apropriarem de funções sociais, que antes eram desempenhadas pelos elementos dominantes das pequenas unidades de exploração de recursos, os quais finalmente se transferem para os povoados centrais.

O modelo que aqui traçamos (fizémo-lo nos mesmos termos mas apoiados em mais pormenores em Correia 1995 a) confere valor arqueológico directo ao

modelo historiográfico que C. Beirão e M. Varela Gomes traçaram em 1980 pois, entre outros factos, incorpora a questão fundamental, a dicotomia entre um período dotado de manifestações epigráficas e outro período, subsequente, ágrafo. Segundo a nossa proposta isso corresponde a duas formas diferentes consecutivas de expressão do *status* dos indivíduos dominantes dentro da sociedade.

Um fenómeno idêntico ocorre, na Península, com a escultura ibérica. Os fenómenos partilham, para além disso de outras características comuns, como a da existência de uma conjuntura de eliminação activa dos testemunhos de data anterior: destruição da escultura ibérica (Maluquer 1979, 209-10) e reutilização das lápides epigrafadas.

Estamos portanto perante manifestações, desfasadas no tempo e no espaço, de mecanismos económico-sociais com raízes profundas nas sociedades peninsulares, no que esse espaço geográfico mais intimamente lhes confere de traços de união: uma posição a cavalo entre a esfera mediterrânica e a atlântica (Cunliffe 1995), uma rede de contactos polimorfa desde muito cedo (Clemente 1989), uma intensa circulação interna (Galan 1993, 61 ss.).

3.2.1. A articulação de um modelo a várias escalas

A proposta de modelos de interpretação, de ferramentas conceptuais e a afinação dos instrumentos heurísticos que não podemos dispensar é o objectivo deste trabalho, como dissemos

Parece-nos sustentável um quadro de distintas escalas de análise, cuja falta se nos afigura uma razão maior para alguns becos-sem-saída por onde vimos encaminhar-se a investigação. Propomos que o problema se aborde nas seguintes dimensões:

1 – as entidades étnicas mencionadas nas fontes clássicas, correspondentes provavelmente a conceitos exógenos, mais que a fórmulas de identificação próprias das sociedades a que esses etnónimos se aplicam.

2 – as entidades políticas que os povoados compõem e que, por vezes, se devem ter confundido com o nível superior (ainda que não necessariamente).

3 – a rede de lugares centrais, em povoados fortificados, com as suas respectivas esferas de comportamento territorial.

4 – o efectivo padrão de povoamento, de que estamos radicalmente desprovidos de dados para o abordar na maioria das áreas do Sul de Portugal.

Na escala superestrutural (1) tomamos, seguindo uma sugestão de J. Alarcão (Cf. *supra*), uma posição distinta das até aqui publicadas: os *populi* mencionados por Avieno no Sul de Portugal, integravam-se em estruturas étnicas com-

plexas, constituindo um estrato particular dessa estrutura: *Cempsi* e *Saefes* eram *Celtici*; *Cynetes* (mais tarde chamados *Konnioi*) pertenciam a um estrato pré-indo-europeu designável convencionalmente de *Turduli*.

No entanto parece-nos muito importante ter em conta que a etnicidade é, em grande medida, matéria aberta a opções: algumas comunidades nunca chegam a definir-se em termos étnicos, enquanto outras adoptam essa forma de identificação, além do que é sempre possível a assimilação de indivíduos originalmente estranhos ao grupo social (étnico ou não). Ora, parece-nos ser no foro dos equilíbrios políticos e económicos de conjuntos de geometria variável de povoados (2) que muitas destas opções terão sido tomadas (ou impostas).

A escala seguinte (3), a das realidades políticas de interacção coincide com a escala em que é necessário analisar o problema linguístico, e especificamente o problema da indo-europeização do Sul de Portugal. Os povoados, individualmente, estabeleciam a interacção, criando redes preferenciais e deixando zonas exclusas. Desta forma se seleccionavam os contactos culturais mais rapidamente absorvidos e aqueles aos quais a reacção era negativa. Muitas das inovações assim introduzidas terão trazido com elas as realidades linguísticas que as denotavam.

Mais material linguístico chegaria com o material humano que a multiplicação das redes de parentesco (quantas vezes, sem dúvida, fruto de verdadeiras operações estratégicas, planeadas multigeracionalmente) fazia circular.

A antiguidade do processo impõe-se; só ela resolve o problema da contra-dição entre rasgos arcaizantes e rasgos não arcaizantes das línguas hispano-celtas. Tendências europeias de recuar a data e caracterizar de forma diferente todo o processo de indo-europeização encontram aqui (numa teoria que não é nova) um suporte (Almagro 1977, Almagro *et al.* 1987, Renfrew 1990, Zvelebil 1995, 56).

Ganha assim sentido o termo de **celtização cumulativa**, contexto em que a utilização de elementos de um “estilo céltico” na representação exterior de comunidades em contexto de intensa interacção (como as da *Baetouria*) constitui um culminar, aliás tardio, com uma intensificação da interacção no final do séc. II (Berrocal 1995 c) que talvez explique a muito repetida locução pliniana (*Nat. Hist.* 3.13.4. Cf. Estrabão, *Geog.* 3.3.5) acerca dos célticos betúricos provirem da Celtibéria (Berrocal 1995a, 176).

A situação do Sul de Portugal é especialmente interessante: a situação toponímica é um dos indicadores de que a evolução se pode ter feito pelo contacto entre grupos multi-lingues que não tinham claramente estabelecida uma língua de prestígio e a convergência de arqueologia e linguística pode encontrar a explicação de topónimos em *-briga*, noutros fenómenos que não a celtização de povoados específicos (como em Conimbriga. Blondin 1977, Cor-

reia 1993a).

A difusão contemporânea de novas realidades demográficas e urbanísticas, como sejam os povoados fortificados centralizadores de largos tractos territoriais, e das realidades linguísticas que os denotam, a partir dos inícios do Iº Mil. AC, constituindo o elemento fundamental da explicação toponomástica no domínio indo-europeu, deve poder ser alargada a outros campos linguísticos.

Que a população do Sul de Portugal durante a Idade do Ferro não exprimia a sua organização social através da identificação étnica e que a sua identificação organizacional superstrutural não estava condicionada pela língua falada parece ser a conclusão maior a retirar (Cf. Herodoro de Heracleia, *apud* Maia 1986, 445).

Essa organização era, aliás, menos elaborada do que tem sido defendida. À sua organização social, ainda que complexa, faltava rigidez dos mecanismos de controle e perenidade nas relações entre estratos distintos da sociedade.

A epigrafia é, para um momento antigo, um indicador fundamental. O *status* social dentro da sociedade em que se utilizam estelas epigrafadas estava directamente ligado a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos, dispersos, que exploravam directamente áreas localizadas de recursos naturais particularmente ricos e representavam esse status nas estelas. Povoados fortificados maiores centralizavam funções económicas, provavelmente ligadas ao minério e a algum intercâmbio mas não centralizavam funções sociais determinantes (Cf. Coelho *et al.* 1986).

A urbanização pode ter tido lugar segundo dois modelos alternativos, distintos na ênfase que se coloque em diferentes processos socio-políticos que atingem as populações do interior:

a) ou a urbanização decorreu da crescente coordenação entre as unidades de exploração dos recursos naturais, estas unidades passam a agrupar-se num determinado ponto e a para aí transferirem as funções sociais que desempenhavam (decerto junto com os seus elementos mais importantes), criando centros urbanizados.

b) ou a urbanização foi um resultado do aumento das capacidades de alguns centros, que em todo o tempo centralizaram funções económicas, de se apropriarem de funções sociais, que antes eram desempenhadas pelos elementos dominantes das pequenas unidades de exploração de recursos, os quais finalmente se transferiram para os povoados centrais.

Em qualquer caso, o papel desempenhado no intercâmbio a média e longa distância pelos povoados centrais é fundamental no devir do processo. É precisamente em zonas onde o fluxo é maior (como o Algarve, na descrição de Estrabão *Geog.* 3.2.4-5, ou em Alcácer do Sal) que uma elite administrativa

mais cedo adopta a amoedação (Fabião 1993, 170).

Existe aqui, no entanto, um outro problema, também ele relacionado com as escalas de análise: não será problemático detectar os centros de transformação e evolução quando lidamos com as escalas de análise mais pormenorizadas (onde podemos encontrar até paralelos históricos dentro da Península Ibérica. Cf. Ruiz *et al.* 1993, 262-5), desde que disponhamos de suficiente evidência de campo, mas a correlação, a níveis mais elevados, entre intercâmbio, urbanização e etnicidade só pode ser feito da forma mais aproximativa. A tentação a que logicamente se é conduzido de fazer depender esses fenómenos de centros precisamente localizados é demasiada. Reside precisamente aí o problema (Szynkiewicz 1994, 152).

Não parece possível ou aconselhável chegar mais longe do que a admitir alguma probabilidade de mútua exclusão entre dois comportamentos das sociedades (Shennan 1994, 14-17):

– uma afirmação política, quando existem condições de urbanização. A representação desta afirmação é organizacional e administrativa.

– uma afirmação étnica, quando essas condições não existem. A representação desta afirmação é estilística e comportamental. Neste sentido a etnicidade corresponde a um mecanismo social mais simplificado e com um maior perigo de caducidade.

Como o comportamento territorial, que não é sequer específico da raça humana, é um fenómeno comum, não devemos estranhar que mesmo mecanismos simples e tendencialmente caducos tenham manifestação territorial. Basta que a esse mecanismo, enquanto opera, correspondam um processo recorrente de tomada de decisões (mesmo informais) e uma determinada esfera territorial onde essas decisões se aplicam. A esfera territorial está imediatamente definida e passa, potencialmente, a estar presente no registo arqueológico. Podemos passar daqui à determinação da pertença étnica de um indivíduo ou grupo de indivíduos? Não!

3.3. Para onde?

A investigação arqueológica não pode, de ânimo leve ou inconsideradamente, ignorar a análise integrada destas várias escalas de entendimento do problema, sob risco de enveredrar por uma sucessão de becos sem saída, sob a espada de Dâmocles de um registo arqueológico em permanente erosão erradicar os elementos essenciais à restituição da situação política, social e económica das sociedades sidéricas (penso, por exemplo, no caso de Alqueva).

É habitual repetir, depois de G. Clarke (Cf. 1968, 20 e 642-3), que os

modelos traçados, a reconstituição que fazemos num dado momento de uma qualquer questão arqueológica, vai ter uma importância determinante no desenrolar da investigação; por isso devemos cuidar da adequação dessas restituições. Nem por ser um chavão, no entanto, essa afirmação merece o olvido.

Parece-nos fundamental tomar como premissa de trabalho que os povoados fortificados que conhecemos compõem, com outros elementos de povoamento, unidades políticas.

Primeira linha de investigação a desenvolver: explicar o funcionamento dessas unidades.

Entidades políticas que interagem, com efeitos na distribuição do povoamento e na formação de um registo arqueológico complexo.

Segunda linha de investigação, principalmente teórica: aprofundar os nossos critérios acerca da qualificação informativa de elementos específicos desse registo.

A interacção destas entidades faz-se num largo espectro geográfico, e segundo várias modalidades.

Terceira linha de investigação, no interface entre arqueologia e linguística: explicar a indo-europeização do Sudoeste Peninsular.

Seguros de existirem em Portugal os recursos intelectuais necessários ao prosseguimento destas linhas de investigação, e de outras melhores e mais profícuas, como os arqueólogos de que me permito discordar em tantas coisas são perfeito testemunho — Trabalhemos!

AGRADECIMENTOS

O prezado Sr. Professor Jorge de Alarcão, os meus caros colegas Dr^a Ana Arruda e Dr. Carlos Fabião e o meu querido Luís Berrocal, professor, colega, amigo e “hermano”, tiveram a gentileza de ler e criticar uma primeira versão deste trabalho, poupando-me os embaraços de muitas incorrecções de espírito, forma e expressão. Dividimos os eventuais méritos aqui vertidos.

Algumas das críticas foram aqui tidas em conta mas, manifestamente, nem tanta generosidade foi suficiente para suprir as minhas obtusidades. Recai, portanto, exclusivamente sobre mim a responsabilidade pelos erros e outros defeitos do trabalho, de que peço absolvição: *pecavit sine malitia*.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, A. e CORREIA, V. H. 1994: Cerâmicas comuns da Idade do Ferro de Conimbriga. In *Idade do Ferro, Catálogo* (Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha), 99-102.
- ALARCÃO, J. 1992: Etnogeografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In Almagro-Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoetnologia de la Península Ibérica* (Madrid, Ed. Complutense), 339-46.

- ALARCÃO, J. 1995: Para uma epistemologia da arqueologia. *Conimbriga* 34, 5-32.
- ALARCÃO, J. 1996a: Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 19-36
- ALARCÃO, J. 1996b: O primeiro milénio a.C. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 15-30.
- ALARCÃO, J. 1996c: *Para uma conciliação das arqueologias* (Lisboa, Ed. Afrontamento).
- ALBERTOS, M. L. 1979: La onomástica de la Celtiberia. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca, Universidad), 131-68.
- ALMAGRO Gorbea, M. 1977: El Pico del Corbo y los Campos de Urnas del NE de la Península Ibérica. *Saguntum* 12, 89-141.
- ALMAGRO Gorbea, M. 1994: El urbanismo en la Hispania "céltica"; Castros y oppida. In Almagro Gorbea, M. e Martin, A. M. (eds.) *Castros y oppida en Extremadura* (Madrid, Complutense), 13-76.
- ALMAGRO Gorbea, M. e LORRIO, A. 1987: La expansión céltica en la Península Ibérica: una aproximación cartográfica. In *I Simposium sobre los Celtiberos* (Daroca, Inst. Fernando el Católico), 105-122.
- ALMAGRO Gorbea, M. e RUIZ Zapatero, G. 1992: Paleoeconomía de la Península Ibérica: Reflexiones y perspectivas de futuro. In Almagro-Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoeconomía de la Península Ibérica* (Madrid, Ed. Complutense), 469-500.
- AMMERMAN, A.J., 1979: The wave of advance model for the spread of agriculture in Europe. In Renfrew, C. e Cooke, K.L. (ed.) *Transformations - Mathematical approaches to culture change* (Nova Iorque, Academic Press); 275-94.
- AMMERMAN, A.J., 1984: *The neolithic transition and the genetics of population in Europe* (Princeton NJ, Un. Press).
- AMMERMAN, A.J. e CAVALLI-SFORZA, L.L., 1973: A population model for the diffusion of early farming in Europe. In Renfrew, C. (ed.) *The explanation of culture change - Models in Prehistory* (Londres, Duckworth); 343-58.
- ARMBRUSTER, B. e PARREIRA, R. 1993: *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria, Vol.1* (Lisboa, Inst. Port. Museus).
- ARRUDA, A. M. 1993: A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. In Tavares, A. A. (ed.) *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental), 193-214.
- ARRUDA, A. M. 1996: Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 37-50.
- ARRUDA, A. M., GUERRA, A. e FABIÃO, C. 1995: O que é a IIª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 35 (2), 237-57. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular VI).
- AUBET, M.E. 1982: Zur problematik des orientalisierenden horizontes auf der Iberischen Halbinsel. In Niemeyer, H.G. (ed.) *Phonizier im Westen* (Mainz, Madrider Beitrage 8), 309-31.
- BARRIO Martin, J. 1987: Los vasos trípodes de la necrópolis de las Erijuelas de San Andrés (Cuellar, Segovia). Apuntes para su estudio. *O Arqueólogo Português* IV-5, 101-24.
- BEIRÃO, C. M. 1972: Cinco aspectos da Idade do Bronze e da sua transição para a

- Idade do Ferro no Sul do país. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. II (Lisboa, AAP), 193-221.
- BEIRÃO, C. M. 1986: *Une Civilisation Protohistorique du Sud du Portugal (1er Âge du Fer)*, (Paris, De Boccard).
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. 1990: Novos dados arqueológicos sobre a área de Fernão Vaz. In *Homenage a J. M^a Blazquez* (Madrid, Ed. Clássicas), Vol. 1, 285-302.
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. 1991: A cronologia do povoado de Fernão Vaz. *Conimbriga* 30, 5-11.
- BEIRÃO, C. M. e CORREIA, V. H. n. p.: A II Idade do Ferro no Sul de Portugal. Estado actual dos nossos conhecimentos. In XXI Congreso Nacional de Arqueologia (Teruel, 1991), no prelo.
- BEIRÃO, C. M. e GOMES, M. V. 1980: *A I Idade do Ferro no Sul de Portugal, Epigrafia e Cultura* (Lisboa, M.N.A.E., Catálogo da exposição).
- BEIRÃO, C. M. e GOMES, M. V. 1985: Grafitos da Idade do Ferro do Centro e Sul de Portugal. In HOZ, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 465-502.
- BEIRÃO, C. M., GOMES, M. V. e MONTEIRO, J. P. 1979: *As estelas epigrafadas da I Idade do Ferro do Sul de Portugal* (Setúbal, MAEDS, Catálogo da exposição).
- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1985: Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português* IV-3, 45-135.
- BEIRÃO, C. M., TAVARES DA SILVA, C., SOARES, J. GOMES, M. V. e GOMES, R. V. 1986: Um depósito votivo da II Idade do Ferro no Sul de Portugal e as suas relações culturais com a Meseta. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 207-22.
- BELLIDO, A. G. 1968 (4^a ed.): *España y los españoles hace dos mil años, según la "Geografía de Strabón"* (Madrid, Espasa-Calpe).
- BELLIDO, A. G. 1969: Otros testimonios mas de la presencia de mercenarios españoles en el Mediterraneo. In *Simpozio Internacional de Colonizaciones* (Barcelona), 201-4.
- BELTRAN Martinez, A. 1986: Las excavaciones de Contrebia Belaisca: síntesis cronológico-cultural. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 265-74.
- BENDALA Galan, M. 1992: La problematica de las necrópolis tartéssicas. In Blaquez Perez, J. e Antona del Val, V. *Congreso de Arqueologia Iberica. Las Necrópolis* (Madrid, Un. Autonoma), 27-36.
- BERROCAL Rangel, L. 1989: Placas áureas de la Edad del Hierro en Meseta Occidental. *Trabajos de Prehistoria* 49, 279-91.
- BERROCAL Rangel, L. 1992: *Los pueblos célticos del suroeste de la Peninsula Ibérica* (Madrid, Complutense).
- BERROCAL Rangel, L. 1994: *El altar prerromano de Capote* (Madrid, Autónoma).
- BERROCAL Rangel, L. 1995 a: La Beturia: Definicion y caracterizacion de un territorio prerromano.. In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 151-204.
- BERROCAL Rangel, L. 1995 b: Indoeuropeos, célticos y celtíberos en el territorio extremeño. *Extremadura Arqueológica* 4, 123-50.

- BERROCAL Rangel, L. 1995 c: Etnogénesis y territorio: Jefaturas, estatalización y moneda entre los pueblos betúricos. In Garcia-Bellido, M. P. e Centeno, R.M.S. (ed.) *La Moneda Hispánica, Ciudad y Territorio* (Madrid, CSIC/SPN).
- BERROCAL Rangel, L. n.p.: Etnogénesis entre los célticos del Suroeste: una interpretación de la Edad del Hierro en Extremadura y el Sur de Portugal. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
- BERTHELOT, A. 1934: *Festus Avienus: Ora Marítima* (Paris, Librairie Ancienne).
- BERTRANPETIT, J. e CAVALLI-SFORZA, L.L. 1991: A genetic reconstruction of the history of the population of the Iberian Peninsula. *Annals of Human Genetics* 55, 51-7.
- BLONDIN, R. 1977: Le toponyme Conimbriga. *Conimbriga* 16, 145-59.
- BOSCH-GIMPERA, P. 1953: Les Mouvements celtiques. *Études celtiques* VI, 71-127.
- BRUN, P. 1989: Les "residences princíères" comme centres territoriaux: éléments de verification. In *Les princes celtes et la Méditerranée* (Paris, La documentation française), 129-44.
- BURGESS, C. 1991: The East and the West: Mediterranean influence in the atlantic world in the Later Bronze Age, c. 1500-700 B.C.. In CHEVILLOT, C. e COFFYN, A., *L'Age du Bronze Atlantique* (Beynac-et-Cazenac, Association des Musées du Sarladais), 25-45.
- BURILLO Mozota, F. 1987: Sobre el origen de los Celtiberos. In *I simposium sobre los Celtiberos* (Daroca, Inst. Fernando el Catolico), 75-95.
- BURILLO Mozota, F. 1991: Los celtiberos. In *Los celtas en la Peninsula Ibérica* (Madrid, Zugarto), 18-25.
- CALAFELL, F. e BERTRANPETIT, J. 1993: The genetic history of the Iberian Peninsula a simulation. *Current Anthropology* 34; 735-45.
- CARDOSO, J.L. 1995: O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga* 34, 33-74.
- CAVALLI-SFORZA, L.L. 1991: Genes, Peoples and Languages. *Scientific American* (Nov. 1991) 263; 72-8.
- CAVALLI-SFORZA, L. L., MENOZZI P. e PIAZZA, A. 1994: *The History and Geography of human genes* (Princeton, Un. Press).
- CERDEÑO, M. L. 1992: Necrópolis celticas, celtibericas y ibericas: una vision de conjunto. In Blaquez Perez, J. e Antona del Val, V. *Congreso de Arqueologia Iberica. Las Necrópolis* (Madrid, Un. Autonoma), 473-508.
- CHAMPION, T. C. 1995 (2nd. ed.): Introduction. In Champion, T. C. (ed.) *Centre and Periphery. Comparative studies in archaeology* (Londres, Routledge), 1-21.
- CHILDE, V. G. 1929: *The Danube in prehistory* (Oxford, Un. Press).
- CHILDE, V.G. 1977: *Introdução à arqueologia* (Lisboa, Pub. Europa-América).
- CLARKE, D. L. 1968: *Analytical Archaeology* (Londres, Methuen & Co.).
- CLARKE, D. L. 1972: Models and paradigms in archaeology. In Clarke, C. L. (ed.) *Models in archaeology* (Londres, Methuen & Co.), 1-60.
- CLEMENTE Martin de la Cruz, J. 1989: El Bronce en el valle medio del Guadalquivir. In Aubet, M. E. (coord.) *Tartessos, arqueologia protohistórica del bajo Guadalquivir* (Sabadell, AUSA), 121-43.
- COELHO, L. 1971: Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pêgo, Ourique. *O Arqueólogo Português* III-5, 167-180.
- COELHO, L. e ALVES-DIAS, M.M. 1986: South-West Iberian Early Iron Age: A theoretical hypothesis. *Veleia* 2-3, 447-8.

- CORREA, J. A. 1989: Posibles antropónimos en las inscripciones en escritura del SO (o tartesia). *Veleia* 6, 243-52.
- CORREIA, V.H. 1990: A expansão orientalizante na fachada atlântica peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 30, 177-85; 31, 217-9.
- CORREIA, V. H. 1993 a: Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego. In Tavares, A. A. (ed.) *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental), 229-284.
- CORREIA, V. H. 1993 b: As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: Arquitectura e rituais. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. XXXIII, Fasc. 3-4, 351-70. (Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, II).
- CORREIA, V. H. 1993 c: A ocultação de jóias na proto-história alentejana. *Lucerna* II-3, 105-22.
- CORREIA, V. H. 1995 a: The Iron Age in South and Central Portugal and the Emergence of Urban Centres. In Cunliffe, B. & Keay, S. (Eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia* (Londres, The British Academy), 237-62. (*Proc. Brit. Acad.* 86).
- CORREIA, V. H. 1995 b: A transição entre o período orientalizante e a Idade do Ferro na Betúria Ocidental (Portugal). In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Betúria* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 127-50.
- CORREIA, V. H. 1996 a: A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica (Porto, Ed. Etnos).
- CORREIA, V. H. 1996 b: Os povoados da 1ª Idade do Ferro do Sul de Portugal. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 82-7.
- CORREIA, V. H. 1996 c: O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual. In Alarcão, J. (Coord.) *De Ulisses a Viriato* (Lisboa, Instituto Português de Museus, catálogo da exposição), 101-6.
- CORREIA, V. H. n.p. a: O desenvolvimento da escrita pré-latina no Sudoeste da Península Ibérica. In *II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996), no prelo.
- CORREIA, V.H. n.p. b: Fernão vaz (Ourique, Beja). Balanço da investigação arqueológica. In *II Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular* (Faro, 1996), no prelo.
- CUNLIFFE, B. 1995: Diversity in the landscape: the geographical background to urbanism in Iberia. In Cunliffe, B. & Keay, S. (Eds.) *Social Complexity and the development of towns in Iberia* (Londres, The British Academy), 5-28.
- DAMÁSIO, A.R. 1995: *O erro de Descartes* (Lisboa, Pub. Europa-América).
- DIAKONOV, I. M. 1985: On the original home of Indo-european. *Journal of Indo-european Studies* 13, 92-174.
- EVELYN-WHITE, H. G. (trad.) 1982 (15ª ed.): *Hesiod* (Harvard, Loeb Classical Library).
- FABIÃO, C. 1993: O passado proto-histórico e romano. In Mattoso, J. (coord) *História de Portugal* (Lisboa, Estampa). Vol. 1, 79-300.
- FAUST, M. 1979: Tradicion linguística y estructura social: el caso de las gentilitates. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca, Universidad), 435-52.
- FEIO, M. 1951: A evolução do relevo do Baixo Alentejo e Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* 32(2), 303-478.
- FEIO, M. 1983 (2ª ed.): *Le Bas Alentejo et l'Algarve* (Évora, INIC).
- FERREIRA, J. R. 1985: *Ora Marítima - Avieno* (Coimbra, INIC).

- FINLEY, M. I. 1988 (3ª ed.): *O mundo de Ulisses* (Lisboa, Presença).
- FRANKENSTEIN, S. 1994: Regional development in the first Millennium BC: The Phoenicians in Iberia. In Kristiansen, K. & Jensen, J. (Eds.) *Europe in the First Millennium B.C.* (Sheffield Archaeological Monographs, 6), 41-4.
- GALAN Domingo, E. 1993: *Estelas, paisaje y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*, (Madrid, Ed. Complutense).
- GAMITO, T. J. 1988: *Social Complexity in Southwest Iberia 800-300 BC. The case of Tartessos.* (BAR, Int. S. 439).
- GONZALEZ Rodriguez, M. C. e SANTOS Yanguas J. 1986: El caso de las llamadas gentilitates: revision y propuestas. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 373-823.
- GORROCHATEGUI, J. 1986: En torno a la clasificación del lusitano. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 77-92.
- GUERRA, A. H. 1995: *Plínio-o-Velho e a Lusitânia* (Lisboa, Ed. Colibri).
- GUILAINE, J. 1984: Jean Guilaine responde a Victor Gonçalves. *Clio/Arqueologia* 1, 157-66.
- HARBISON, P. 1979: Celtic migrations in Western Europe. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica* (Salamanca, Universidad), 225-36.
- HODDER, I. 1988: *Interpretacion en Arqueologia* (Barcelona, Ed. Crítica).
- HOZ, J. 1989 a: Las fuentes escritas sobre Tartessos. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 25-43.
- HOZ, J. 1989 b: El desarrollo de la escritura y las lenguas de la zona meridional. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 523-87.
- HOZ, J. 1992: The Celts of the Iberian Peninsula. *Zeitschrift fur Celtische Philologie* 45, 1-37.
- HOZ, J. 1996: El origen de las escrituras paleo-hispánicas quince años después. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 171-207.
- JONES, H.L. (trad.) 1988 (5ª ed.): *The Geography of Strabo* (Harvard, Un. Press).
- JORDÁ Cerdá, F. 1986: Sobre la celtización tardía de Asturias. In Gorrochategui, J., Melena, J. L. e Santos, J. (eds.) *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre Lenguas y culturas paleohispánicas* (Vitoria, Veleia 2-3), 261-4.
- KURTZ Schaefer, G. 1995: Lo celtico en la arqueología europea. In Velazquez, A. e Enriquez, J. J. (Eds.) *Celtas y Turdulos: La Beturia* (Merida, Museo Nacional de Arte Romano), 9-48.
- LASSERRE, F. 1966: *Strabon Géographie T.II - Livres III-IX* (Paris, Les Belles Lettres).
- LEVI-STRAUSS, C. 1986: *O olhar distanciado* (Lisboa, Ed. 70).
- MAIA, M. 1980: Povos do Sul de Portugal nas fontes clássicas - Celtici e Turduli. *Clio* 2, 67-70.
- MAIA, M. 1986: Algumas reflexões em torno da Cultura do Sudoeste. *Veleia* 2-3, 433-45.
- MALUQUER de Motes, J. 1957: De metalurgia tartessica. El bronce Carriazo. *Zephyrus* 8, 157-68.
- MALUQUER de Motes, J. 1979: El peso del mundo griego en el arte ibérico. In *La Baja*

- época de la Cultura Ibérica, (Madrid, Ass. Esp. Amigos de la Arqueologia), 219-230.
- MANGAS, J. e PLÁCIDO, D. (ed.) 1994: *Avieno* (Madrid, *Testimonia Hispaniae Antiqua*, 1)
- MARCO Simon, F. 1989: Lengua, instituciones y religion de los celtiberos. In *Los celtas en el valle medio del Ebro* (Aragón, Caja de Ahorros de la Inmaculada), 99-130.
- MARTIN, T. R. 1996: *Ancient Greece* (New Haven, Yale Un. Press).
- MURPHY, J.P. 1977: *Rufus Festus Avienus. Ora Maritima* (Chicago, Ares Pub.).
- PEEBLES, C. S e KUS, S. M. 1977: Some archaeological correlates of ranked societies. *American Antiquity* 42(3), 421-48.
- PEREIRA Sieso, J. e ALVARO, E. 1986: Aportes orientalizantes en el valle del Tajo. *Revista de Arqueologia* 62, 29-39.
- POLOMÉ, E. C. 1994: Isoglosses and the reconstruction of the Indo-European dialectal split. *Journal of Indo-European Studies* 22, 289-306.
- PONTE, S. 1979: As fíbulas de Mirobriga. *Setúbal Arqueológica* 5, 195-204.
- PONTE, S. 1983: Algumas das fíbulas do distrito de Setúbal. *O Arqueólogo Português* IV-1, 315-22.
- PONTE, S. 1985 a: Fíbulas de Vaiamonte (Monforte). In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 137-58.
- PONTE, S. 1985 b: Algumas fíbulas de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português* IV-3, 137-54.
- PONTE, S. 1986: Valor residual de seis fíbulas da região de Beja. *Arquivo de Beja* II-3, 75-88.
- PRODOSCIMI, A. 1991: The language and writing of the early celts. In *The celts* (Milão, Bompiani, catálogo da exposição), 51-60.
- REDMAN, C. L. 1978: *The rise of civilization* (S. Francisco, Freeman & Co.).
- RENFREW, C. 1988: Introduction: peer polity interaction and socio-political change. In Renfrew, C. e Cherry, J. F. (eds) *Peer polity interaction and socio-political change* (Cambridge, Un. Press), 1-18.
- RENFREW, C. 1990: *Arqueologia y language. La cuestion de los orígenes indoeuropeos* (Barcelona, Ed. Crítica).
- RENFREW, C. 1994: The identity of Europe in prehistoric archaeology. *Journal of European Archaeology* 2.2, 153-74.
- RIBEIRO, J. C. 1996: A Ora Maritima de Avieno e a descrição da costa atlântica entre o Cabo da Roca e a Foz do Sado. A propósito da localização de Poetanion. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) (eds.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 279-300.
- RICOUER, P. 1986: Do texto à acção (Lisboa).
- ROWLETT, R. M. 1994 (2ª ed.) Detecting political units in archaeology. An Iron Age example. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 219-30.
- RUIZ Delgado, M. M. 1989: *Fíbulas Protohistóricas en el Sur de la Península Ibérica* (Sevilha, Pub. Universidad).
- RUIZ Delgado, M. M. 1989: Las necropolis tartessicas: prestigio poder y jerarquias. In Aubet Semmler, M. E. (Coord.) *Tartessos, Arqueologia protohistorica del Bajo Guadalquivir* (Sabadell, Ed. AUSA), 247-86.
- RUIZ, A. e MOLINOS, M. 1993: *Los Iberos. Analisis arqueológico de un proceso historico* (Barcelona, Ed. Crítica).
- SAVORY, H. N. 1974: *Espanha e Portugal* (Lisboa, Verbo).

- SCHMIDT, K. H. 1979: Probleme des keltiberische. In Tovar, A., Faust, M., Fischer, F. e Koch, M. *Actas del II colóquio sobre linguas y culturas prerromanas de la Peninsula Ibérica* (Salamanca, Universidad), 101-16.
- SCHMIDT, K. H. 1985: A contribution to the identification of Lusitanian. In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 319-42.
- SCHULE, W. 1969: *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel* (Berlim, W. de Gruyter v.).
- SCHULTEN, A. 1952: *La Geografía de Estrabón* (Barcelona, Libreria Bosch). [*Fontes Hispaniae Antiquae* III].
- SCHULTEN, A. 1955 (2ª ed.): *Avieno, Ora Marítima* (Barcelona, Libreria Bosch). [*Fontes Hispaniae Antiquae* I].
- SERVICE, E. R. 1971 (2ª ed.): *Primitive social organization* (Nova Iorque, Random House).
- SHENNAN, S. J. 1994 (2ª ed.): Introduction: Archaeological approaches to cultural identity. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 1-32.
- SHERRAT, A. 1995: Reviving the grand narrative: archaeology and long-term change. *Journal of European Archaeology* 3.1, 1-32.
- SILVA, A. C. F. da 1990: A Idade do Ferro em Portugal. In Alarcão, J. de (coord.) *Portugal das origens à romanização* (Lisboa, Presença), 289-343.
- SOKAL, R. R., JAQUEZ, G. M., ODEN, N. L., DiGIOVANNI, D., FALSETTI, A.B. e McGEE, E. 1993: Genetic relationships of European populations reflect their ethnohistorical affinities. *American Journal of Physical Anthropology* 91; 55-70.
- SOKAL R. R. e LIVSHITS, G. 1993: Demographic variation of six dermatoglyphic traits in Eurasia. *American Journal of Anthropology* 90; 393-407.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L. e WILSON, A.C. 1991: New genetic evidence supports the origin of agriculture in Europe by demic diffusion. *Nature* 351; 143-144.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L. e THOMPSON, B.A. 1992: Origins of the Indo-Europeans: genetic evidence. *Proceedings of the National Academy of Sciences U.S.A.* 89; 7669-7673.
- SOKAL, R. R., ODEN, N.L., LEGENDRE, P., FORTIN, M.J., KIM, J. e VAUDOR, A. 1989: Genetic differences among language families in Europe. *American Journal of Physical Anthropology* 79; 489-502.
- SPINDLER, K. 1973: Decouverte d'une boucle de ceinture d'origine ibérique sur la colline du Magdalenberg près de Villingen en Foret-Noire. In *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. 1 (Lisboa, AAP), 229-44.
- SZYNKIEWICZ, S. 1994 (2ª ed.): Interaction between the nomadic cultures of central Asia and China in the Middle Ages. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 151-8.
- TAVARES, A. A. (ed.) 1993: *Os fenícios no território português* (Lisboa, Instituto Oriental).
- TOVAR, A. 1971: Consideraciones sobre geografía e historia de la España Antigua. In Tovar, A. e Caro Baroja, J., *Estudios sobre la España Antigua* (Madrid, C.S.I.C./Fundacion Pastor), 9-50.
- TOVAR, A. La inscripcion del Cabeço das Fráguas y la lengua de los lusitanos. In Hoz, J. (ed.) *Actas del III Coloquio de Lenguas y Culturas Paleohispánicas* (Salamanca, Ed. Universidad), 377-96.
- TRIGGER, B.G. 1992: *Historia del pensamiento arqueológico* (Barcelona, Ed. Crítica).

- VEIT, U. 1994 (2ª ed.): Ethnic concepts in German prehistory: a case study on the relationships between cultural identity and archaeological objectivity. In Shennan, S. J. (ed.) *Archaeological approaches to cultural identity* (Londres, Routledge), 35-56.
- VIANA, A. 1960: Notas históricas, etnográficas e arqueológicas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja* 16, (sep. num. própria).
- VIANA, A., FERREIRA, O. V. e ANDRADE, R. F. 1957: Monumentos megalíticos dos arredores de Ourique. *Comunicações dos Serviços geológicos de Portugal* 38, 409-13.
- VILLALBA I Varneda, P. 1986: *Ruf Fest Avié, Periple* (Barcelona).
- VILLAR, F. 1996: Fonética y morfología celtibéricas. In Villar, F. e Encarnação, J. (ed.) *La Hispania Prerromana* (Salamanca, Universidad), 339-78.
- WAGNER, C. G. 1990: Recensão a Gamito 1988. *Trabajos de Prehistoria* 47, 399-406.
- WAGNER, C. G. 1992: Tartessos en la historiografía: una revisión crítica. In *La colonización fenicia en el sur de la Peninsula Ibérica. 100 años de investigación* (Almeria, Instituto de Estudios Almerienses), 81-116.
- YOFFEE, N. 1993: Too many chiefs? (or, Safe texts for the '90s). In Yoffee, N. e Sherratt, A. (eds.) *Archaeological theory: who sets the agenda?* (Cambridge, Un. Press), 60-78.
- ZVELEBIL, M. 1995: Indo-european origins and the agricultural transition in Europe. *Journal of European Archaeology* 3.1, 1-32.